

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: julho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis

Índice

Aldo reconhece identidade com ruralistas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 01/07/2010.....	5
CNA diz que produtores estão prontos para cumprir lei ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010	6
Preservação exige compensação, diz Serra – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010.....	7
Marina critica proposta de novo Código Florestal – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2010.....	8
Manter florestas não deixará o país menos competitivo, diz ONG – Ricardo Mioto – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2010.....	8
Preservação ambiental não restringe a produção leiteira - MARCO AURÉLIO BERGAMASCHI – Folha de São Paulo – Mercado - 01/07/2010	9
Zoneamento em escala nacional garante sustentabilidade do desenvolvimento – Rogério Ippoliti - Sítio eletrônico do MMA – 01/07/2010	10
Ministra fala a gestor público sobre desafios ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 01/07/2010.....	11
Serra critica insegurança jurídica no campo – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010 .	11
Fazendeiro já tenta burlar lei florestal - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 04/07/2010.....	12
Relator do Projeto de Lei que reforma Código Florestal defende "posição de equilíbrio" – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010	14
Aldo Rebelo defende mecanismos para recomposição de reserva legal – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010.....	14
Mata refeita pode trazer mais lucro, afirma USP – Folha de São Paulo – Ciência – 05/07/2010.....	15
Desafio é proteger floresta de capim e inseto – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/07/2010.....	17
"Código Florestal joga mais de 90% dos produtores na ilegalidade", diz Homero Pereira – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010	18
Aldo diz que seu relatório pretende "corrigir" problemas da legislação ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010	18
Aprovada reforma do Código Florestal na Comissão Especial – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2010	19
Comissão flexibiliza Código Florestal – Folha de São Paulo - Ciência – 07/07/2010..	20
Comissão aprova Código Florestal – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 07/07/2010.....	21
Protestos e troca de insultos marcam votação do projeto – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2010.....	22
Comissão flexibiliza Código Florestal – Folha de São Paulo - Ciência – 07/07/2010..	22
Ruralistas comemoram texto;ONGs preparam protesto – André Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 07/07/2010	23
Principais alterações do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 08/07/2010.....	24
Agricultura e preservação ambiental - WAGNER ROSSI – Folha de São Paulo – Tendências e Debate – 08/07/2010.....	26
Lei florestal dá anistia de R\$ 10 bi, diz ministra – Folha de São Paulo – Ciência – 08/07/2010.....	27
Mais uma investigação inocenta cientistas ligados a "Climagate" – Folha de São Paulo – Ciência – 08/07/2010.....	28
Moratória da soja é renovada entre MMA e produtores – Sítio Eletrônico do MMA – 08/07/2010.....	28

"É um direito legítimo desmatar", defende CNA – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2010.....	29
Perdão a desmatador custará R\$10 bi – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2010.....	30
Florestas tropicais são maiores "máquinas" de absorver CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 09/07/2010.....	31
Senado aprova PEC Cerrado e Caatinga – Sítio Eletrônico do MMA – 09/07/2010.....	32
Hidropirataria na Amazônia, um delírio – Antônio Felix Domingues – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/07/2010	32
As florestas e o clima – Ricardo Young – Folha de São Paulo – Opinião – 11/07/2010	34
Código Florestal marca diferença de modelos agrícolas – Sítio Eletrônico do MST – 12/07/2010.....	35
Ibama só recebe por 0,2% das multas – Folha de São Paulo – Ciência – 15/07/2010....	41
Extração de madeiras da concessão florestal terá monitoramento – Sítio Eletrônico do MMA – 16/07/2010.....	42
Debate sobre novo Código Florestal ocorre sob tensão - André Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 17/07/2010	43
Fazendas lá, ambientalistas aqui – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/07/2010	44
Florestas devem atrair R\$ 14 bilhões – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Capa – 20/07/2010.....	45
Setor florestal deve receber R\$ 14 bilhões em aportes até 2014 - Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócio – 20/07/2010.....	45
Agrotóxicos são incompatíveis com biomas brasileiros – Sítio eletrônico do MST – 21/07/2010.....	47
Satélites indicam redução de 47% no desmate da Amazônia – Estado de São Paulo – Capa – 21/07/2010.....	48
Satélites indicam queda de 47% do desmatamento na floresta amazônica – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 21/07/2010	48
Dado parcial aponta para redução no desmate – Ricardo Miotto – folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2010.....	49
Países que integram o Basic discutem formas de conter aquecimento global – Sítio Eletrônico do MMA – 22/07/2010	50
Desmate destruiu 1,23% do pampa gaúcho em 6 anos – folha de São Paulo – Ciência – 23/07/2010.....	52
União acha desmatamento fora das florestas - Mauro Zanatta - Valor Econômico – Política – 23/07/2010.....	52
ONU propõe mudanças para manter a oferta de créditos depois de 2012 – Mathew Carr – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2010	53
O desmatamento da Amazônia – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/07/2010.....	54
Países pedem proposta única de redução de gases - Bruno Boghossian – Estado de São Paulo – Vida – 27/07/2010	56
Desmatamento na Amazônia volta a subir – Sítio Eletrônico do MST – 28/07/2010 ...	57
Desmate na Amazônia volta a subir, alerta ONG – Valor Econômico – Brasil – 28/07/2010.....	57
Investimentos sociais na Amazônia somam R\$ 3,3 bi em 2010 – Sítio Eletrônico do MDS – 29/07/2010	58
O impasse na questão do clima – Valor Econômico – Opinião – 30/07/2010.....	59
O perde-ganha na área do clima- Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/07/2010.....	60

Aldo Rebelo: relator do Código Florestal disse que vetará artigos que

O relator da reforma do Código Florestal Brasileiro, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), admitiu ontem ter "identidade importante" com produtores rurais, mas afirmou que assumirá publicamente o "compromisso de fechar todas as brechas" ao desmatamento antes da votação de seu texto na comissão especial da Câmara, prevista para terça-feira.

Na semana em que anunciou 11 alterações em seu relatório original, Rebelo disse que vai vedar e proibir qualquer artigo que possa ser interpretado como incentivo à devastação. "Desafio, a quem se dispuser, apontar onde há brechas para o desmatamento no relatório. Assumo publicamente o compromisso de vedar e proibir isso", disse no programa "3 a 1" da TV Brasil, para o qual o Valor foi convidado.

O deputado afirmou esperar apoio dos presidentiáveis Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) à sua proposta. "Não perguntei se apoiam, mas trabalho para ter esse apoio da ex-ministra Dilma e do ex-governador Serra", disse. Lideranças dos principais partidos fecharam um acordo para votar o relatório na comissão especial na próxima semana, mas há divergências internas que podem minar esse esforço.

Candidato à reeleição, Aldo Rebelo disse não temer retaliações de seus eleitores urbanos por causa do relatório considerado favorável aos ruralistas. "Proponho tantos ganhos que até Marina [Silva] vai apoiar e evitar que se torne um fator de disputa eleitoral". E afirmou ter proximidade com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e sua presidente, a líder ruralista e senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "Temos uma identidade importante com a CNA. Não temo represálias. Respeito a senadora Kátia Abreu mesmo estando em outro campo ideológico".

Criticado pela bancada ambientalista da Câmara por apressar os debates, Rebelo afirmou ser possível votar o relatório depois das eleições, mas defendeu o direito dos parlamentares de apreciar temas polêmicos durante a campanha eleitoral. "Deixar para depois não é problema para mim. Só deveria ser votado agora na comissão", disse. "Mas se não podemos discutir polêmicas antes das eleições, o que vamos fazer no Congresso?", questionou.

No centro de várias polêmicas em torno do novo código, Aldo Rebelo reafirmou sua decisão de transferir aos Estados o poder de legislar sobre o ambiente, uma das mais graves divergências suscitadas pelo relatório. "Quando algum Estado legislou, ampliou a proteção. Isso ocorreu em Minas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Pará", disse. "Aliás, as principais queixas dos produtores são sempre contra os órgãos ambientais estaduais". Rebelo admitiu problemas de "bandalheira, corrupção" em secretarias estaduais de Meio Ambiente, como apontaram recentes operações da Polícia Federal em Mato Grosso, mas afirmou que "com os Estados fora padeceremos dos mesmos problemas" éticos. "Se for discutir origem, é difícil achar quem não tenha mancha", disse.

Na entrevista, o relator afirmou que o país precisa tomar medidas para preservar um legado de 522 milhões de hectares de vegetação nativa em pé, e não apenas buscar culpados por desmatamentos anteriores. "Proteger o que temos é melhor do que fazer um acerto de contas com o passado", defendeu. "É uma batalha difícil porque não temos recursos nem pessoas suficientes".

Em defesa de seu relatório, Rebelo creditou as críticas dos ambientalistas a "engano e desinformação". E afirmou buscar o "interesse comum" do país por meio do

"equilíbrio" entre a recomposição de áreas devastadas e a preservação das florestas. "Proponho o que é melhor para o meio ambiente. Estou fazendo um inventário sobre as florestas, que é mais avançado do que a legislação atual porque prevê cinco anos sem desmatamento. É uma lei concisa para problemas emergenciais", afirmou. O relator informou que busca "consolidar, regularizar e ser o mais rigoroso com o que existe preservado" nas áreas florestais. "É preciso tornar a lei mais rigorosa, educar e punir. E também fazer um esforço para cumprir. Se ficar na dúvida se funciona ou não, aí não fazemos nada", afirmou.

CNA diz que produtores estão prontos para cumprir lei ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010

Brasília (01/07) – A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou que o Brasil está pronto para cumprir uma regra de reserva legal “planetária”. “Se for uma reserva legal planetária, estamos prontos. Não queremos uma reserva legal que só sirva aqui”, afirmou a senadora durante o encontro Presidenciais na CNA. O candidato do PSDB, José Serra, é o único a participar do encontro. A candidata do PV, Marina Silva, e do PT, Dilma Rousseff, não participam do encontro, que tem por objetivo discutir soluções para acabar com os principais problemas do setor agropecuário.

A senadora lembrou que o Brasil tem 56% de seu território preservado em seus seis biomas. A Europa tem menos de 1% e a Ásia, menos de 5%. “O Brasil é o único país do mundo que está abrindo mão de áreas para preservação. Isso nenhuma ONG (organização não governamental) ambientalista diz”, afirmou. A presidente da CNA citou dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ela, o Brasil tem 850 milhões de hectares.

Na mão da iniciativa privada, ou seja, de posse dos produtores, são 330 milhões de hectares. Com base no levantamento do IBGE, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) avaliou que, apesar de ter dentro das propriedades rurais dentro dos 330 milhões, 100 milhões de hectares preservados. Sobram, segundo a senadora, 230 milhões de hectares para a produção. Uma parcela de 12 milhões de hectares são usados para infra-estrutura (estradas, por exemplo). “Se permanecer o Código Florestal, haverá redução de mais 100 milhões de hectares nessa párea. Se o Brasil decidir reduzir, vamos respeitar. Queremos que o próximo governante escute as bases”, disse.

A senadora também falou sobre questões relacionadas à infra-estrutura. Ela lembrou que a agricultura brasileira se deslocou do Sul e fez “a verdadeira reforma agrária”. “Os agricultores se deslocaram para o Centro-Oeste e levaram para a região a riqueza em tecnologia. O Estado não acompanhou os produtores. 50% da produção está no Centro-Oeste, 50% dos problemas estão nessa região”, disse a senadora.

Ela lembrou que o transporte por hidrovias não é bem aproveitado, o que encarece o frete e reduz o lucro dos produtores. Transportar uma tonelada de alimentos numa distância de mil quilômetros custa US\$ 42 (rodovias), US\$ 26 (ferrovias) e US\$ 18 (hidrovias). “60% de toda produção americana passa pelo rio Mississipi. 100% da

exportação”, lembrou a senadora. Ela acrescentou que a falta de infra-estrutura “tira a competitividade do agronegócio brasileiro”. A senadora também citou levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) que aponta que os produtores brasileiros têm prejuízo de R\$ 6 por saca de 60 quilos por causa dos problemas de logística.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419
www.canaldoprodutor.com.br

Preservação exige compensação, diz Serra – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010

Brasília (01/07/2010) - O Encontro com Presidenciais promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) contou com espaço para a discussão de questões regionais. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEAM) e vice-presidente da CNA, Muni Lourenço Silva Júnior, foi o responsável por apresentar ao candidato do PSDB à presidência da República, José Serra, pergunta referente a temas que preocupam o setor rural na região Norte.

Lourenço disse que embora o bioma Amazônia detenha 85% de sua cobertura original intocada, vigora a percepção de avanço no desmatamento. O dirigente amazonense perguntou ao candidato como reverter essa imagem e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção do binômio entre produção e preservação que existe na região. Lourenço argumentou que é indispensável promover um programa de regularização fundiária eficiente na região, para que seja possível – com a ajuda dos mecanismos de monitoramento por satélite – verificar a real situação do desmatamento e, assim, punir os infratores. “Titulação é dar título para quem pode ter o título, não para todo mundo. Assim você pode cobrar”, respondeu o candidato do PSDB. Ele disse ser favorável à regularização das áreas, pois dessa forma seria mais fácil fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental. Em relação à área ambiental, Serra afirmou que concorda com a propositura da CNA, de que é preciso preservar, mas que o produtor que preserva precisa receber compensação financeira por isso.

“Não dá para enfrentar a questão ambiental no Brasil se alguém não pagar”, falou o ex-governador paulista. “Começamos a fazer isso em São Paulo e conseguimos aumentar a área de floresta natural. Pouco, mas conseguimos”, afirmou. Ele lembrou que por meio da Nossa Caixa, produtores rurais que executaram planos de recuperação de áreas degradadas tiveram acesso a linhas de crédito com juros mais baixos.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419/1411
www.canaldoprodutor.com.br

Marina critica proposta de novo Código Florestal – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2010

A presidenciável Marina Silva (PV) disse ontem que o novo Código Florestal que é discutido no Congresso pode criar uma guerra ambiental entre Estados e municípios.

Ex-ministra do Meio Ambiente, ela criticou a proposta de transferir da União para os Estados a possibilidade de legislar sobre áreas de reserva legal e de preservação. Segundo Marina, a proposta colocará prefeituras e Estados no foco da pressão de grupos econômicos para afrouxar as leis ambientais. "Para as empresas irem para os vossos municípios, cada um teria que fazer um verdadeiro concurso de quem abre mais mão da questão ambiental", disse.

Manter florestas não deixará o país menos competitivo, diz ONG – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2010

Os responsáveis pelo estudo do mês passado que defendia a preservação de florestas no Brasil porque ela ajudaria a agricultura dos EUA estão preocupados com a repercussão do documento. Ontem, divulgaram outro artigo. Evitar o desmate traria benefícios econômicos também para o Brasil, dizem. "O relatório original foi bastante mal interpretado pelos seus críticos. Ganhos para os Estados Unidos não significam perdas para o Brasil", disse à **Folha** Glenn Hurowitz, diretor do escritório de Washington da ONG Avoided Deforestation Partners, responsável pelo trabalho, batizado de "Florestas lá, plantações aqui". Um trecho polêmico do relatório original dizia que "eliminar o desmatamento [nos trópicos] até 2030 limitará a receita para a expansão agrícola e para a atividade madeireira nos países tropicais, nivelando o campo de jogo para os produtores americanos no mercado global". Proteger as florestas, portanto, prejudicaria a produção de carne, soja e madeira em países como o Brasil, reduzindo a concorrência à produção americana. A tese conseguiu façanha rara: causou desconforto tanto em ambientalistas quanto em ruralistas. Estes a interpretaram como uma tentativa de minar a produção agrícola do país. Aqueles acharam absurdo relacionar a produtividade brasileira com a quantidade de terras ocupadas e não com a eficiência do seu uso. Segundo a ONG, porém, não se tratava disso. Hurowitz lembra que o desmatamento está diminuindo no Brasil, mas nem por isso a agricultura deixa de ser cada vez mais produtiva. Para argumentar, a ONG divulgou ontem estimativas que diziam que reduzir o desmatamento pode impulsionar a receita do país em algo entre R\$ 260 bilhões e R\$ 545 bilhões até 2030. O objetivo original do relatório era convencer senadores dos EUA ligados ao agronegócio a aprovarem a lei de mudança climática. "Nos EUA, pode ser difícil ganhar apoio de muitos congressistas para políticas como a

proteção de florestas tropicais que beneficiam, antes de tudo, outros países, a não ser que você demonstre que essas políticas podem também beneficiar os Estados Unidos", diz Hurowitz.

Preservação ambiental não restringe a produção leiteira - MARCO AURÉLIO BERGAMASCHI – Folha de São Paulo – Mercado - 01/07/2010

O agronegócio brasileiro vem evoluindo de forma surpreendente nas últimas décadas, permitindo ao país galgar espaço no mercado mundial. Somos os maiores produtores e exportadores de café, de açúcar e de suco de laranja e os maiores exportadores de carne de frango, de soja, de tabaco e de etanol. São setores do agronegócio brasileiro com alta tecnologia, gestão, produtividade e qualidade do produto final. Essa tendência não é diferente na pecuária de leite. Mas ainda utilizamos extensas áreas de pastagens nativas. Somado a isso, em muitas propriedades a produção de leite não é a principal atividade econômica. O bovino sempre foi utilizado para ocupar o espaço que não é usado pela agricultura. Assim, o produtor possui uma vaquinha para leite ou um boizinho para carne. Em decorrência dessas condições e do baixo nível tecnológico, a produtividade média é baixa, com reflexos negativos sobre a renda dos produtores. Com a expansão da agricultura nacional, os concorrentes da pecuária de leite não são somente os países exportadores, como os da União Europeia, a Nova Zelândia ou a Argentina.

Aparecem nesse cenário, no Brasil, as culturas de grãos e da cana-de-açúcar avançando sobre áreas de pastagens pouco produtivas e degradadas. Na última década, ocorreram inúmeras liquidações de rebanhos leiteiros, principalmente no Estado de São Paulo. Na época, houve a preocupação no setor de que haveria redução da produção leiteira. Mas o que ocorreu foi a migração do leite para regiões até então não tradicionais, como o Centro-Oeste e parte do Norte. Felizmente, a evolução da bovinocultura de leite não é horizontal, por meio da incorporação de áreas agrícolas ou pela derrubada de matas, mas sim vertical, pela incorporação de tecnologias, como a recuperação de áreas degradadas e da fertilidade do solo. Também colaboram para essa evolução o manejo intensivo de pastagens, o confinamento, a utilização de modernas técnicas reprodutivas e o cruzamento de raças especializadas.

Isso é comprovado com a crescente produção nacional, de cerca de 4% ao ano, enquanto a área de pastagens diminuiu cerca de 3% na última década. O resultado dessa especialização será a produção eficiente de leite em áreas menores, disponibilizando parte das pastagens para a agricultura e reduzindo o avanço da pecuária sobre áreas de vegetação nativa. Isso virá a facilitar o atendimento das exigências legais na área ambiental sem comprometer a renda e a viabilidade da propriedade rural no país.

MARCO AURÉLIO BERGAMASCHI é médico veterinário, doutor e supervisor do sistema de leite da Embrapa Pecuária Sudeste.

Zoneamento em escala nacional garante sustentabilidade do desenvolvimento –
Rogério Ippoliti - Sítio eletrônico do MMA – 01/07/2010

Diante da complexidade de tantos temas, os participantes do Consórcio Zoneamento Ecológico-Econômico Brasil (ZEE) chegaram à conclusão de que havia a necessidade de retomar o zoneamento à escala nacional para avançar na sustentabilidade do processo de desenvolvimento. A discussão, sem ignorar a importância dos zoneamentos municipais, estaduais e de bacias hidrográficas, teria de ter uma forma mais abrangente.

A decisão foi tomada depois de um debate de dois dias na sala Multimídia do Ministério do Meio Ambiente, que contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A princípio, o foco principal do debate era a discussão sobre a implementação do zoneamento territorial para atender especialmente a duas prioridades: o macrozoneamento do bioma Cerrado e à desertificação no semiárido.

Com o desenrolar das discussões, os participantes do grupo técnico-operacional observaram a necessidade de extrapolar os dois projetos. Entraram na ordem do encontro, então, o ordenamento da ocupação e uso da zona costeira, as estratégias de zoneamento para orientar o processo de crescimento da agropecuária, o alcance das metas de criação das unidades de conservação e de proteção da biodiversidade e dar uma resposta em relação ao uso múltiplo dos recursos hídricos.

Os membros do Consórcio ZEE Brasil ainda destacaram a necessidade de enfrentar os desafios associados às mudanças climáticas, com destaque para as ações de adaptação. Alguns exemplos disso são as consequências que o aquecimento provoca, entre elas o aumento do nível do mar, as alterações do regime de chuvas e o deslocamento espacial de culturas agrícolas. Outro fator relevante é a identificação de áreas de maior vulnerabilidade para fazer os devidos deslocamentos.

Uma das questões principais no início das discussões da reunião do ZEE Brasil, foi quanto ao macrozoneamento do bioma Cerrado. Foi apontado que os grandes vetores do desmatamento se originam fora daquele ecossistema: as demandas agrícola e da pecuária, vinculadas a fatores sócio-econômicos. Vale lembrar que o desmatamento do cerrado, hoje, apresenta taxas duas vezes maiores que as da Amazônia, proporcionalmente falando.

A conclusão dos integrantes da reunião do Consórcio ZEE Brasil é a de que, se o estudo desse impacto for amplo, e não regionalizado, só haveria um único projeto de zoneamento que vai responder a desafios e problemas prioritários, e os dois do início das discussões. "A ideia é revalorizar o papel do Estado e das políticas públicas de abrangência nacional, como estratégia do desenvolvimento e da superação das desigualdades regionais e intra-regionais que ainda persistem", explica Roberto Ricardo Vizontin, diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

Vizontin acrescenta que essa decisão se pauta não apenas nos desafios da agenda nacional. "Ela se norteia também nos compromissos brasileiros acordados nos fóruns internacionais, entre eles o de Copenhague". Ele cita, como exemplos, a proteção de áreas úmidas, a redução do desmatamento de 80% da Amazônia até 2020 e de 40% do

Cerrado. Isso sem falar nos compromissos assumidos pelo Brasil no Ano Internacional da Biodiversidade.

"Temos a intenção de compatibilizar as políticas públicas e a gestão ambiental com o desenvolvimento como um todo. Ao mesmo tempo, fortalecemos o Consórcio ZEE Brasil institucionalmente, politicamente e em relação à melhoria dos recursos materiais", finalizou.

Ministra fala a gestor público sobre desafios ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 01/07/2010

01/07/2010

Em palestra realizada hoje (01/07), em Brasília, na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fez um balanço da governança ambiental pública e um breve histórico da criação do sistema de gestão ambiental no País.

Izabella falou sobre as mudanças ocorridas ao longo dos últimos quarenta anos na estruturação de órgãos federais de meio ambiente. Ela também alertou sobre a importância da inclusão da questão ambiental na agenda de desenvolvimento do País, e sobre a necessidade de um planejamento estratégico integrado entre os diferentes setores governamentais na elaboração de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico.

A ministra fez ainda uma breve análise de temas como licenciamento ambiental, exploração de petróleo, implementação de hidrelétricas, manejo florestal adequado, captação de recursos em fundos internacionais para ações de conservação e proteção, biodiversidade, desafios climáticos e os principais problemas ambientais enfrentados nas zonas rurais e urbanas do País.

O evento faz parte do Ciclo de Palestras promovido pela SAE/Presidência da República, e foi direcionado a gestores públicos, servidores da Secretaria e funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Serra critica insegurança jurídica no campo – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010

A insegurança jurídica no campo foi criticada pelo candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, durante encontro com presidentiáveis, realizado nesta quinta-feira, na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O presidentiável fez duras críticas às invasões de terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o modelo de reforma agrária no País. "Primeiro veio o argumento econômico, mas a agricultura ajudou a economia do país. Então, os invasores passaram a adotar as questões sociais como pretexto para brigar pela

reforma agrária, mas querem um modelo revolucionário adotado em países socialistas”, ressaltou o candidato.

Outro ponto mencionado por ele foi o financiamento do MST por recursos públicos. “Eles têm todo o direito de propor o que querem, mas não devem usar o governo para alcançar seus objetivos. Sou contra quem usa dinheiro público de forma disfarçada. Por isso este movimento de invasões não é o da refirma agrária”, ressaltou.

Em relação ao modelo de reforma agrária, Serra disse que fazer assentamento se tornou caro, no qual se desembolsa até US\$ 50 mil por família para implantar toda a estrutura necessária para os assentados. Segundo Serra, no entanto, a medida correta seria a emancipação dos assentamentos, fazendo com que tenham sua renda própria para combater a pobreza. “A renda é o grande problema dos assentamentos. Muitos vivem apenas com programas sociais e devem buscar renda, no aspecto mais sadio, produzindo”, salientou. Assessoria de Comunicação CNA Telefone: (61) 2109 141 www.canaldoprodutor.com.br

Fazendeiro já tenta burlar lei florestal - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 04/07/2010

Em Araçatuba, interior paulista, produtores procuram cartório de imóveis para tentar dividir suas propriedades

Objetivo é ficar com áreas pequenas e fugir à exigência de recompor florestas de projeto em tramitação na Câmara

A proposta de mudança no Código Florestal pode provocar um efeito indesejado antes mesmo de ser aprovada: a corrida de fazendeiros para dividirem suas propriedades, a fim de escaparem da exigência de recomposição de reserva legal. Pelo menos um cartório de imóveis, o de Araçatuba (noroeste paulista), afirma ter recebido nas últimas duas semanas uma série de pedidos de fracionamento de propriedades com áreas maiores que quatro módulos fiscais. Esse é o limite abaixo do qual as fazendas serão isentas de recompor florestas desmatadas, caso seja aprovada a nova proposta de reforma do código, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP). A proposta pode ser votada nesta terça-feira numa comissão especial da Câmara. "Eu atendi pessoalmente quatro pessoas. Meus colegas atenderam outras tantas", disse à **Folha** Marcelo Melo, oficial de registro de imóveis da comarca de Araçatuba e diretor de Meio Ambiente da Arisp (Associação dos Registradores Imobiliários do Estado de São Paulo).

Os proprietários rurais que segundo Melo procuraram o cartório tinham todos o objetivo de dividir seus imóveis em áreas menores que 120 hectares. Isso porque o módulo fiscal (cujo valor varia entre as regiões do país) em Araçatuba tem 30 hectares. "Alguns diziam isso [que queriam driblar o código] explicitamente", afirmou Melo. A divisão não é ilegal. Um mesmo dono pode fracionar sua propriedade em quatro ou cinco áreas.

Assim, quem tem uma fazenda de 300 hectares (a média em Araçatuba) e precisaria plantar 60 hectares de floresta para se regularizar -em São Paulo, a reserva legal

equivale a 20% da propriedade- poderia se livrar de multa dividindo-a em três.

ATAQUE

PREVENTIVO

O projeto de Rebelo tem um artigo que impede o golpe do fracionamento. Segundo o texto, caso isso aconteça, será considerada para cálculo da reserva legal (ou seja, do percentual que deve ser mantido como floresta) área anterior à divisão. "O problema é que, enquanto o texto estiver tramitando no Congresso, os proprietários poderão correr com pedidos de desmembramento", afirma Raul Telles do Vale, advogado do ISA (Instituto Socioambiental). Um "ataque preventivo" dessa natureza não seria inédito. No começo da década, por exemplo, o anúncio do asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) bastou para induzir um surto de ocupação de terras e desmatamento no sul do Pará. "A região de Araçatuba tem 2% ou 3% só de cobertura florestal", diz Melo. "Com essa lei, continuará assim."

Deputado e ministério não se entendem sobre texto - LARISSA GUIMARÃES e NANCY DUTRA – Folha de São Paulo – Ciência – 04/07/2010

Dois pontos do novo Código Florestal inviabilizam um acordo entre Ministério do Meio Ambiente e o relator da proposta, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Um deles é a possibilidade de os Estados reduzirem as faixas de proteção nas margens de rios, chamadas APPs (áreas de preservação permanente) e a reserva legal. A outra polêmica gira em torno da anistia a produtores rurais, que ficarão livres de multas em caso de desmates anteriores a julho de 2008. O Ministério do Meio Ambiente diz que não é possível adotar apenas o critério de data para anistiar produtores. "Esse ponto está difícil de avançar", afirmou o diretor de Florestas da pasta, João de Deus Medeiros. As conversas com Rebelo, segundo o diretor, têm sido "quase diárias". Na última quinta-feira, Medeiros entregou ao deputado as propostas do ministério para alteração do projeto da lei florestal. O relator deverá apresentar seu parecer final amanhã ou terça-feira e, até lá, prometeu analisar mais sugestões, de entidades ambientais e de organizações de produtores. "O deputado tem se mostrado receptivo, mas nesses pontos não há consenso", afirmou Medeiros.

RECUO

Nesta semana, Rebelo recuou e decidiu alterar um dispositivo que garantia às propriedades com até quatro módulos fiscais a isenção de manter reserva legal. Elas serão apenas desobrigadas de recompor floresta. O deputado classificou as conversas com o Meio Ambiente de "excelentes" e negou que a questão da anistia seja um ponto de atrito. Afirmou, no entanto, que deve manter o dispositivo que permite aos Estados reduzirem ou aumentarem as matas ciliares em até 50%. A lei em vigor prevê que os cursos de água com menos de dez metros de largura tenham uma faixa com largura mínima de 30 metros. A proposta de Rebelo cria uma nova categoria, a dos rios com menos de cinco metros de largura. Nessas, a mata ciliar deve ter 15 metros, com a possibilidade de ser reduzida para 7,5 metros.

O ministério defende que a faixa mínima estabelecida pelo código não possa ser alterada pelos Estados. "O mínimo já é o menor tamanho possível", afirmou Medeiros.

Relator do Projeto de Lei que reforma Código Florestal defende "posição de equilíbrio" – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010

Brasília (05/07) - O relator do Projeto de Lei 1876/99, que reforma o Código Florestal (Lei 4.771/65), deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), avaliou há pouco, na reunião da Comissão Especial que avalia as mudanças no código, que as mudanças que ele propõe para o texto "servem como base para o debate" e que as alterações indicam sua disposição em aceitar modificações no texto original, apresentado no começo de julho. "Mantive na última semana longas e exaustivas reuniões com todas as entidades que me procuraram", afirmou ele, citando o Ministério do Meio Ambiente, outros órgãos ligados ao meio ambiente e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), entre outros.

Aldo Rebelo disse que sua intenção é encontrar "uma posição de equilíbrio". Ele disse que apresentou um relatório uma proposta "eficiente" na proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, na regularização das propriedades que estão à margem da lei. "Procurei avançar no sentido de alcançar esses dois objetivos.", disse.

Para ressaltar a importância de alterar a legislação ambiental, ele contou que visitou no final de semana o Vale do Paranapanema (SP), onde assentados criam 64 cabeças de gado. Ele contou que a escassez de capim fez os assentados levarem os animais para pastarem numa unidade de conservação ambiental de 400 hectares. Os animais foram apreendidos e os donos das reses foram multados em R\$ 3 milhões, valor que supera, em muito, o valor do lote de animais, avaliação que foi feita por policiais que autaram na apreensão, contou o relator.

Assessoria de Comunicação CNA

Telefone: (61) 2109 1419

www.canaldoprodutor.com.br

Aldo Rebelo defende mecanismos para recomposição de reserva legal – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010

Brasília (05/07) - O relator do Projeto de Lei 1876/99, que reforma o Código Florestal (Lei 4.771/65), deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), defendeu há pouco, durante reunião da Comissão Especial que avalia o assunto, a criação de condições para que os agricultores possam arcar com os custos para recomposição de parte ou de toda a reserva legal. Cabe aos Estados, defendeu, a definição dos mecanismos que permitam a recomposição. Para ele, o prazo para recomposição deve ser de 25 anos, período longo, segundo o relator, que permite ao produtor legalizar as propriedades sem que o Estado arque diretamente com os custos. Alguns produtores rurais defendiam que essa responsabilidade fosse dos Estados, proposta rejeitada pelo relator. "O relator não concorda com essa proposta. Queremos que o custo seja assumido de forma que o

produtor possa arcar com a responsabilidade, com prazos longos, com ajuda do Estado", afirmou.

O relator fez as considerações ao apresentar, verbalmente, as principais alterações que devem ser feitas por ele em seu relatório, cuja versão inicial foi apresentada no começo de junho. Aldo Rebelo lembrou que o auxílio para recomposição da reserva legal possa vir com a criação de um fundo, como existe no Acre. Ele também lembrou que a recomposição pode ser feita em áreas públicas. Para áreas com até quatro módulos, ele defendeu a não obrigatoriedade de averbação da reserva legal. Outra proposta apresentada pelo relator é que o governo faça um inventário da vegetação de todas as propriedades. "Hoje, a lei vai de 8 a 80, ou averba tudo ou não declara nada", afirmou. A partir do inventário, será possível avaliar "fragmentos de vegetação nativa de cada estado". "No Censo Agropecuário, o Estado conta o número de vaca. A idéia é fazer censo do fragmento de mata ou vegetação nativa. Os agricultores devem se comprometer a preservá-la e possa ser cobrado por isso", afirmou.

Rebelo lembrou que seu relatório é imparcial, não excludente. "O cidadão possa olhar para a agricultura com a tranquilidade de que ela poderá continuar produzindo alimentos.", disse. Aldo explicou ainda que, no caso da moratória de cinco anos, a proposta é que seja suspensa o prazo de prescrição das multas administrativas aplicadas em decorrência de desmatamento ilegal. Nesse período, esclareceu, será possível consolidar as áreas que estão dentro da legalidade e determinar a regularização das demais, sem permitir nenhum tipo de desmatamento. Após o período de cinco anos, voltam a valer os limites já fixados hoje em lei, que são de 80% na Amazônia Legal; 35% em áreas de savana ou campo, o que inclui o Cerrado; e 20% no bioma Mata Atlântica e demais regiões do País.

Mata refeita pode trazer mais lucro, afirma USP – Folha de São Paulo – Ciência – 05/07/2010

Experimento no interior paulista vai testar recomposição de reserva legal
Ideia é criar floresta que possa produzir madeira com mais rentabilidade que pastagem;
estudo afeta debate sobre lei

O ecólogo Sérgio Gandolfi caminha na floresta e para diante de um jequitibá de 15 metros de altura. São pouco mais de 16h, mas já começa a escurecer sob aquele trecho de mata atlântica em Iracemápolis, interior paulista. Gandolfi aponta o chão, onde brotam "filhas" do jequitibá e de outras árvores. "Isso mostra que a floresta está funcionando", diz. O que é uma grande notícia: afinal, há apenas 23 anos, aquilo que hoje é mata fechada era um canavial. A mata ali é resultado de replantio numa área de preservação permanente (APP). Essa e outras experiências de reposição de mata nativa em áreas devastadas estão no foco de uma polêmica nacional nesta semana. Hoje, em Brasília, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deve apresentar a uma comissão especial da Câmara a versão final de seu projeto de reforma no Código

Florestal, a lei de 1965 que protege as florestas do país. O projeto de Rebelo visa adequar a maior parte dos agricultores do Brasil à lei. Para isso, deve reduzir a proteção às APPs (margens de rio, encostas, várzeas e topos de morro) e dispensar cerca de 90% dos proprietários de terra de replantar florestas na reserva legal -fração de uma propriedade que deve ser mantida como mata. A anistia a desmatamentos já feitos na reserva legal é uma antiga bandeira dos ruralistas. "É um custo com o qual nós não podemos arcar e tem eficiência questionável do ponto de vista biológico", argumenta o pecuarista Assuero Veronez, da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

REFAZENDA

Sérgius Gandolfi e seus colegas do Lerf (Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal) da USP de Piracicaba querem provar o contrário. Segundo eles, é possível repor ao menos parte dos 43 milhões de hectares de reserva legal estipulados pelo código atual. E dá até para fazer dinheiro com isso. A ideia está sendo testada em uma área de 300 hectares da fazenda Guariroba, em Campinas. Ali, eles plantaram há quatro anos uma floresta que, esperam os cientistas, será a primeira reserva legal para proteção da biodiversidade e produção de madeira da mata atlântica.

O Lerf criou um método que permite "recriar florestas tropicais com alta diversidade em qualquer lugar".

O truque: plantar pelo menos 80 espécies, numa ordem tal que árvores nobres, como jequitibás e cedros, possam crescer à sombra de plantas de desenvolvimento rápido, como quaresmeiras.

Não é barato. Implantar uma reserva custa de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil por hectare em dois anos. A cana rende R\$ 500 por hectare/ano. "Você precisa de 20 anos da renda da cana para poder pagar um hectare de floresta", diz Giselda Durigan, pesquisadora do Instituto Florestal e uma das maiores autoridades do país em restauração. Ela é cética em relação à reposição de reserva legal.

MERCADO

FUTURO

Os pesquisadores do Lerf apostam em tirar essa diferença transformando as reservas legais em polos produtores de madeira. Após dez anos, seria possível cortar as árvores pioneiras para fazer lenha e carvão vegetal. Após 20 a 30 anos, viria a exploração das árvores nobres. Nesse período, o produtor que refizesse a mata poderia ganhar até R\$ 500 por hectare/ano com a produção de madeira.

"É duas vezes mais do que a renda de uma pastagem", diz Ricardo Rodrigues, coordenador do Lerf.

No quadragésimo ano, com as árvores nobres da propriedade já maduras, a renda subiria para quase R\$ 2.000 por ano no pior cenário, e R\$ 3.500 no melhor. "A reserva legal pode ser um grande negócio", diz Gandolfi. Ele lembra que os Estados do Sudeste hoje são os maiores consumidores de madeira nativa, que vem quase toda da Amazônia. Produzir tal madeira em São Paulo valeria a pena. E nem é preciso brigar com lavouras rentáveis como a cana e a laranja. Segundo o grupo, há na mata atlântica 7 milhões de hectares de áreas de baixa aptidão agrícola que poderiam ser aproveitadas.

"Nas áreas mais agricultáveis do Estado de São Paulo você tem aproveitamento de 70% da propriedade no máximo", diz André Nave, do Lerf. "O resto são trechos de baixa aptidão, com reflorestamento de exóticas [plantas que não são nativas do país, como o

eucalipto] ou áreas abandonadas, que poderiam voltar a ser reserva legal." Durigan compara a perspectiva de lucrar com a reserva legal à venda de indulgências pela Igreja Católica: pague agora, receba no Além. "No livro está tudo muito bonitinho, mas não sei se na prática funcionaria. Depende de uma série de providências, depende do mercado."

Desafio é proteger floresta de capim e inseto – Claudio Angelo – Folha de São Paulo
– Ciência – 05/07/2010

Além do custo, um dos grandes problemas da recriação de reserva legal é de ordem ecológica. Segundo Giselda Durigan, do Instituto Florestal, não dá para garantir que as florestas refeitas continuarão saudáveis. Embora grande parte das experiências de reposição de mata ciliar tenha tido sucesso - como no caso de Iracemápolis-, um levantamento feito por Durigan mostra que, quando se trata de reserva legal, longe de cursos d'água, a coisa não é tão simples. "Em distâncias maiores que 50 metros da margem, você começa a ter influência negativa", diz. Ela monitorou dois plantios de mata ciliar, de 28 anos e 38 anos, numa fazenda em Assis, noroeste paulista. Ambos têm florestas saudáveis. Um terceiro plantio na mesma fazenda, longe do rio, teve um destino diferente. "É só capim e formiga." "Longe do rio, a braquiária vem com tudo, o colônio vem com tudo", diz Durigan, em referência a duas espécies de capim que sufocam os brotos de árvore.

ISOLADOS

Outro problema da mata atlântica é o isolamento dos fragmentos florestais e sua distância de matas nativas que possam servir de fontes de regeneração. "Na Amazônia, já ouvi fazendeiro falar que o grande segredo de manter um pasto é não deixar a floresta voltar", diz Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Isso se deve ao fato de a mata estar próxima e de os pastos serem recentes. "No Sul e Sudeste é diferente. Você usou muitos anos, queimou e não tem fonte de regeneração", diz Barreto.

Durigan conta que acompanhou uma dessas "ilhas" de floresta de 3 hectares em Tarumã (SP). Em 18 anos, 15 espécies de árvore desapareceram do fragmento -quase uma extinção por ano.

Ricardo Rodrigues, do Lerf, aposta na área de reserva legal plantada em Campinas como contraprova. "Ela está ali há quatro anos, toda coberta e crescendo superbem, dentro da curva que projetamos", afirma.

Segundo ele, a distância dos cursos d'água deixa de ser um problema quando se aplica o método de plantio da USP. "Fazendo com alta diversidade e com a manutenção adequada, não consigo imaginar por que não daria certo", afirma. (CA)

"Código Florestal joga mais de 90% dos produtores na ilegalidade", diz Homero Pereira – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010

Brasília (05/07) - O vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), deputado Homero Pereira (PR-MT), defendeu há pouco a revisão do Código Florestal brasileiro e disse que a atual legislação ambiental "joga na ilegalidade mais de 90% dos produtores que trabalham para produzir para abastecer as cidades". Na segunda etapa da discussão sobre a proposta de reformulação do Código Florestal, Homero Pereira lembrou que são os produtores rurais os responsáveis pela produção dos alimentos que estão nas prateleiras dos supermercados.

O deputado considerou que a produção agrícola "é discriminada" e que há "preconceito" contra quem é produtor rural no Brasil. Homero Pereira também saiu em defesa do relator da matéria, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que dedicou seu relatório, apresentado no começo do mês de junho, aos produtores rurais. "Ele reconheceu (a agricultura) como a atividade mais competitiva do País", disse. O vice-presidente da CNA voltou a lembrar que, no total, o Brasil tem 851 milhões de hectares. "Não é terra acabada", disse. Na primeira parte da reunião, na manhã de hoje, Aldo Rebelo apresentou suas propostas de mudança ao texto original.

Homero Pereira também lembrou que o modelo de produção agrícola do País é "sustentável". "Desafio a encontrar (no mundo) um modelo de produção como o brasileiro", afirmou ele, lembrando que os agricultores produzem para abastecer o mercado interno e para gerar excedentes de exportação. Ainda segundo o parlamentar, 62% do território brasileiro está preservado, quadro que, para ele, é motivo de orgulho para os produtores rurais. "Os produtores precisam ter orgulho do que eles fazem", comentou.

Sobre a legislação ambiental, ele afirmou que foram 16 mil intervenções nos últimos anos, alterações ou inclusões de normas feitas por meio de atos, decretos e portarias. Homero Pereira também falou sobre o processo de discussão do relatório. "Somos pautados pelo que ouvimos nas audiências públicas", afirmou ele, ao lembrar a pressão das organizações não governamentais (ongs) para que o relatório determinasse restrições à produção brasileira.

Para o deputado, o relatório de Aldo Rebelo é isento. A partir de agora, continuou, a meta é discutir o texto para aperfeiçoá-lo, debate que será feito na comissão e no Plenário da Câmara dos Deputados. "Vamos para o embate democrático no Plenário da Câmara dos Deputados.", afirmou. Ele lamentou a "luta entre ambientalismo e ruralismo". "Deveríamos estar unidos", afirmou.

Assessoria de Comunicação CNA
Telefone: (61) 2109 1419
www.canaldoprodutor.com.br

Aldo diz que seu relatório pretende "corrigir" problemas da legislação ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2010

Brasília (05/07) - O relator da reforma da Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), afirmou que não procurou "encobrir" de nenhuma forma os

problemas que "pretendia corrigir" com seu relatório. O relator disse que "formulou soluções que podem estar carregadas de defeitos, limitações", mas cobrou que os deputados que criticaram seu relatório pensem na situação dos assentados da reforma agrária, também prejudicados pela legislação ambiental. Rebelo disse que seu relatório vai solucionar o problema dos agricultores e também dos assentados. "Temos condições de resolver o problema dos assentados do Incra que não têm condições de acessar o crédito.", afirmou.

Mais cedo, o relator contou que a Polícia Florestal de São Paulo apreendeu 64 cabeças de gado que pastavam numa unidade de conversação ambiental do Vale do Paranapanema (SP). Além da apreensão dos animais, os assentados foram multados em R\$ 3 milhões. "Será que algum dos que criticaram meu relatório estão preocupados com os assentados?", questionou Rebelo, ao fazer suas considerações finais na reunião. "Quero prestar solidariedade aos assentados. Dizer ao líder dos MST que estou solidário com os assentados. Não estou solidário com a Polícia Florestal de São Paulo", disse.

À tarde, os deputados apresentarão propostas às sugestões divulgadas hoje pelo relator. Um nova reunião está marcada para as 15 horas. O relator também demonstrou preocupação com o desmatamento na Mata Atlântica, principalmente no Nordeste. Aldo Rebelo ressaltou ainda que não tem ligação com a bancada ruralista, como insinuaram algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). "Nunca integrei ou frequentei a Frente Parlamentar da Agropecuária. Também não frequento bancada do meio ambiente. Sempre pertenci à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não faço segredo das minhas convicções", disse.

Aprovada reforma do Código Florestal na Comissão Especial – Sítio Eletrônico da CNA – 06/07/2010

Brasília (06/07) - A Comissão Especial da Câmara aprovou há pouco, por 13 votos favoráveis e cinco contrários, o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) de reformulação do Código Florestal. Foi o primeiro passo dado pela Câmara para a atualização da legislação ambiental. A próxima etapa é discutir e votar a matéria em plenário, o que deve ter início após as eleições de outubro.

O relatório do deputado Aldo Rebelo acaba com a classificação de diferentes tipos de vegetação, que se dividiam em formação campestres, florestal e savânica. A diferenciação, de acordo com alguns parlamentares, poderia provocar conflitos judiciais, considerando a difícil classificação dos tipos de vegetação. Outra sugestão aceita por Rebelo foi juntar, num mesmo dispositivo, a questão da moratória de cinco anos sem abertura de novas áreas de plantio e a consolidação das existentes até julho de 2008. Separados, um dos dispositivos poderia ser facilmente vetado pelo presidente da República, argumentou o relator.

Ao acatar as sugestões, Aldo Rebelo lembrou que as mudanças tiveram como objetivos principais a consolidação das áreas já ocupadas pelas atividades agropastoris e a regularização dos imóveis, ressalvadas as medidas previstas nas regras de zoneamento ambiental e nos planos de bacias.

Ele lembrou ainda que os ocupantes de propriedades que podiam ter áreas maiores desmatadas, no início da ocupação, não serão obrigados a recompô-las nem serão punidos, já que obedeceram à legislação vigente na época. Aldo Rebelo manteve o prazo máximo para recomposição das áreas desmatadas em 20 anos. A lei atual prevê

prazo de 30 anos, mas Rebelo afirmou que já estão previstos os cinco anos de moratória, que serão somados aos 20. Segundo ele, esse é um prazo razoável.

Com relação à reserva legal, o relator afirmou que a vegetação remanescente nas propriedades com até quatro módulos fiscais deve ser preservada, porém nos limites previstos para o bioma. Esses limites são de 80% nas florestas da Amazônia Legal, 35% no Cerrado e 20% nas demais áreas campestres. Na tentativa de buscar o consenso entre ambientalistas e ruralistas, o relator acatou sugestão de membros da comissão e tirou da competência do Estado a possibilidade de ampliar ou reduzir pela metade as Áreas de Proteção Permanente (APPs). "Alguns críticos diziam que haveria guerra fiscal por causa das margens de APPs", afirmou.

Outro ponto do relatório aprovado hoje é a dispensa de recomposição de reserva legal em propriedade com até quatro módulos fiscais, cujas áreas já tenham sido consolidadas para produção. As áreas preservadas deverão ser mantidas.

Comissão flexibiliza Código Florestal – Folha de São Paulo - Ciência – 07/07/2010

Em sessão tumultuada, deputados aprovam por 13 votos a 5 relatório que modifica lei de proteção às florestas

Relator cede e retira dos Estados poder de cortar área de mata ciliar, mas mantém anistia a quem desmatou antes de 2008

Em sessão tumultuada, com ameaças e bate-boca, deputados aprovaram ontem, por 13 votos a 5, um pacote de flexibilizações no Código Florestal brasileiro. Entre as mudanças estão a anistia de multa para produtores que desmataram até julho de 2008 e a redução das matas que protegem os rios. O projeto também isenta as pequenas propriedades, de até quatro módulos fiscais, de recuperarem a reserva legal (área de vegetação nativa do imóvel). Os produtores, porém, terão de manter a mata que ainda resta. Essas alterações foram elaboradas pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da nova lei florestal, e chanceladas pela maioria ruralista da comissão da Câmara criada em setembro de 2009 para discutir o assunto. "Fizemos o melhor para a sociedade brasileira. Avançamos na proteção do ambiente e garantimos a regularização das áreas já em uso pelos agricultores", afirmou o relator. O projeto irá a plenário após as eleições. O parecer aprovado ontem desagradou tanto a ruralistas como a ambientalistas. Os representantes do agronegócio pressionavam pela transferência de poder aos Estados para criarem normas sobre o tamanho das áreas de preservação ao longo dos rios. Esse dispositivo estava previsto na primeira versão do relatório de Rebelo, apresentada no começo de junho. Foi retirado após a pressão do Ministério do Meio Ambiente. "A alteração é uma homenagem à insistência, e não à inteligência dos meus críticos", disse Rebelo.

O recuo irritou os ruralistas, que queriam a possibilidade de os governos estaduais reduzirem as matas ciliares de 30 m para até 7,5 m. Pelo texto aprovado, a faixa mínima nos rios mais estreitos será de 15 m. Com a área de preservação permanente menor, produtores têm mais espaço para desmatar. Mesmo cedendo, o relator recebeu críticas das entidades ambientalistas, que o acusam

de atender aos interesses do agronegócio desde o início dos debates. As ONGs acusam Rebelo de promover um retrocesso na lei florestal e contrariar as raízes de seu partido. "Não há critérios definidos sobre quem não será punido porque desmatou", afirmou Rafael Cruz, do Greenpeace. "O produtor nunca respeitou a lei porque ela não punia. E agora a Câmara oficializa a impunidade", disse Edson Duarte (BA), líder do PV. Ex-ministro da Agricultura, o deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) foi favorável ao texto "equilibrado" de Rebelo. "Se toda a legislação atual entrasse em vigor, 90% dos agricultores brasileiros estariam na ilegalidade. O relatório beneficia os produtores com plantações consolidadas."

Comissão aprova Código Florestal – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 07/07/2010

Em uma sessão tumultuada e em meio a muita gritaria, foi aprovada ontem pela comissão especial da Câmara dos Deputados a proposta de reformado Código Florestal que libera pouco mais de 90% dos proprietários de terra do País da exigência de recuperar a vegetação nativa em uma parcela de seus imóveis.

As pequenas propriedades, definidas como as que têm área de até 4 módulos fiscais – o tamanho do módulo varia de 5 a 110 hectares, dependendo do município –, ficam dispensadas de manter reserva legal pelo menos 20% do terreno. Mas as que ainda tiverem vegetação nativa não poderão cortá-la, pelo menos por um período de cinco anos, prazo de uma moratória para o desmatamento.

O percentual das pequenas propriedades – 90% – equivale ao contingente de produtores rurais que descumprem o Código Florestal em vigor. Calcula-se que 870 mil quilômetros quadrados, extensão equivalente a três vezes e meia o Estado de São Paulo, tenham sido desmatados de forma irregular. Nem tudo terá de ser recuperado, a valerem as novas regras.

O texto aprovado ontem por 13 votos a 5 e reformado na véspera pelo relator Aldo Rebelo (PCdoB-SP) seguirá para o plenário da Câmara. Não há data para a nova votação, mas ela só deverá acontecer após as eleições, prevê o deputado. Com ar cansado, após quase seis horas de discussões, Rebelo evitou fazer um prognóstico sobre o futuro da reforma do Código Florestal. "Carreguei a responsabilidade até aqui, a sensação é de tarefa cumprida", afirmou. "Se nem todos ficaram satisfeitos, consegui resolver parte importante do problema."

Insatisfação.

Tanto ruralistas como ambientalistas tentaram emplacar mudanças na comissão especial até a última hora e prometem novas investidas no plenário da Câmara. "Recebi vários apelos", contou Rebelo, que anunciara na véspera uma nova versão do relatório, um mês depois de o texto original ser lançado, com duras críticas dos ambientalistas.

ONGs ambientalistas programam para hoje um novo ato nos gramados do Congresso. Ontem, manifestantes do Greenpeace ergueram uma faixa na comissão especial na qual se lia: "Não vote em quem mata as florestas." Segundo avaliação do Ministério do Meio Ambiente, o texto aprovado é melhor que o relatório original, mas ainda apresenta risco de estimular novos desmatamentos.

Os ruralistas não ficaram satisfeitos com uma das mudanças anunciadas de

véspera por Aldo Rebelo e que tira dos Estados o poder de reduzir a 50% a área de preservação permanente nas margens dos rios. Atualmente, a lei federal exige 30 metros de proteção de cada lado. De acordo com o texto aprovado ontem, em rios mais estreitos, a faixa de proteção cai a 15 metros. E poderia chegar a 7,5 metros, caso a versão original do relatório de Rebelo fosse mantida.

Em compensação, os ruralistas ganharam uma regra mais clara de que não precisarão recuperar o percentual de reserva legal estabelecido depois de 2001 e que alcança 80% das propriedades, no caso da Floresta Amazônica, caso tenham desmatado antes dessa data. Mais importante: antes de 1965, ano do Código Florestal, não havia exigência de reserva legal.

A regularização ambiental das propriedades desmatadas irregularmente seguirá regras a serem estabelecidas pelos Estados em um prazo de cinco anos. Proprietários multados poderão ter a punição suspensa caso se enquadrem nos futuros programas para recuperar ou compensar as reservas legais e para recompor áreas de preservação permanente.

Protestos e troca de insultos marcam votação do projeto – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2010

A reunião que aprovou modificações na lei florestal foi dominada pela troca de insultos entre deputados das bancadas ruralista e ambientalista e o confronto de manifestantes dos dois lados. Três integrantes do Greenpeace que interromperam a discussão foram retiradas à força pelos seguranças da Câmara. Elas seguravam faixas com os dizeres "não vote em quem mata a floresta". Durante o protesto, um agricultor se colocou na frente delas para mostrar a camiseta em favor do novo Código Florestal: "Sustentabilidade é o nosso negócio". Alguns deputados tentaram impedir a retirada das integrantes do Greenpeace, entre eles o relator Aldo Rebelo. Sem sucesso, o deputado voltou ao seu lugar. "Isso é a liberdade democrática. Essas meninas estão fazendo isso porque no Parlamento do país que a entidade delas representa talvez não seja possível", disse o deputado, referindo-se à Holanda, que sedia o Greenpeace. Rebelo atribui as críticas da ONG a interesses externos que, segundo ele, impedem o desenvolvimento do país. Enquanto a bancada ruralista festejava, de mãos dadas e aos gritos de "Brasil, Brasil", os parlamentares ambientalistas criticavam. Durante uma entrevista, o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) e o colega Ivan Valente (PSOL-SP) quase saíram no tapa. "Vamos lá para fora resolver", disse Heinze. Colegas apartaram.

(ND)

Comissão flexibiliza Código Florestal – Folha de São Paulo - Ciência – 07/07/2010

Em sessão tumultuada, deputados aprovam por 13 votos a 5 relatório que modifica lei de proteção às florestas

Relator cede e retira dos Estados poder de cortar área de mata ciliar, mas mantém anistia a quem desmatou antes de 2008

Em sessão tumultuada, com ameaças e bate-boca, deputados aprovaram ontem, por 13 votos a 5, um pacote de flexibilizações no Código Florestal brasileiro. Entre as mudanças estão a anistia de multa para produtores que desmataram até julho de 2008 e a redução das matas que protegem os rios. O projeto também isenta as pequenas propriedades, de até quatro módulos fiscais, de recuperarem a reserva legal (área de vegetação nativa do imóvel). Os produtores, porém, terão de manter a mata que ainda resta. Essas alterações foram elaboradas pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da nova lei florestal, e chanceladas pela maioria ruralista da comissão da Câmara criada em setembro de 2009 para discutir o assunto. "Fizemos o melhor para a sociedade brasileira. Avançamos na proteção do ambiente e garantimos a regularização das áreas já em uso pelos agricultores", afirmou o relator. O projeto irá a plenário após as eleições. O parecer aprovado ontem desagradou tanto a ruralistas como a ambientalistas. Os representantes do agronegócio pressionavam pela transferência de poder aos Estados para criarem normas sobre o tamanho das áreas de preservação ao longo dos rios. Esse dispositivo estava previsto na primeira versão do relatório de Rebelo, apresentada no começo de junho. Foi retirado após a pressão do Ministério do Meio Ambiente. "A alteração é uma homenagem à insistência, e não à inteligência dos meus críticos", disse Rebelo.

O recuo irritou os ruralistas, que queriam a possibilidade de os governos estaduais reduzirem as matas ciliares de 30 m para até 7,5 m. Pelo texto aprovado, a faixa mínima nos rios mais estreitos será de 15 m. Com a área de preservação permanente menor, produtores têm mais espaço para desmatar. Mesmo cedendo, o relator recebeu críticas das entidades ambientalistas, que o acusam de atender aos interesses do agronegócio desde o início dos debates. As ONGs acusam Rebelo de promover um retrocesso na lei florestal e contrariar as raízes de seu partido. "Não há critérios definidos sobre quem não será punido porque desmatou", afirmou Rafael Cruz, do Greenpeace. "O produtor nunca respeitou a lei porque ela não punia. E agora a Câmara oficializa a impunidade", disse Edson Duarte (BA), líder do PV. Ex-ministro da Agricultura, o deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) foi favorável ao texto "equilibrado" de Rebelo. "Se toda a legislação atual entrasse em vigor, 90% dos agricultores brasileiros estariam na ilegalidade. O relatório beneficia os produtores com plantações consolidadas."

Ruralistas comemoram texto; ONGs preparam protesto – André Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 07/07/2010

A aprovação do relatório que modifica o Código Florestal foi comemorada por entidades ligadas ao agronegócio; ao mesmo tempo, foi considerada um retrocesso por

representantes da sociedade civil, como ONG e universidades. “Inegavelmente, o texto é um avanço e vai diminuir a pressão que hoje pesa sobre os agricultores brasileiros que estão produzindo na ilegalidade”, afirma Assuero Doca Veronez, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Segundo ele, as mudanças propostas devem tornar a agricultura brasileira mais competitiva e não devem permitir novos desmatamentos, apenas a “consolidação” de áreas que foram desmatadas. “O texto não muda os percentuais de reserva legal nas propriedades, por isso não levará a novos desmatamentos”, diz Veronez. A opinião é compartilhada por Cesário Ramalho da Silva, presidente da Sociedade Rural Brasileira. “O Brasil precisava dessa atualização, que tira da ilegalidade de 60% das propriedades agrícolas”, afirma. Rolo compressor.’

Para Thomas Lewinsohn, do Instituto de Biologia da Unicamp, a aprovação do relatório deve, ao contrário do que dizem os ruralistas, reduzir a competitividade da agropecuária brasileira. “Aprovação desse texto foi um rolo compressor. Boa parte do conhecimento acadêmico produzido no Brasil foi ignorado”, diz ele, que também é presidente da Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (Abeco). “Essa permissividade no trato com as questões ambientais será cobrada do Brasil, e os próprios produtores rurais serão penalizados.”

Segundo a ONG WWF, o novo Código Florestal pode levar ao desmatamento de 70 milhões de hectares, só na Amazônia.

Principais alterações do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 08/07/2010

1. MORATÓRIA. Não será permitido o desmatamento de florestas nativas, pelo período de cinco anos, ficando assegurada a manutenção das atividades agropecuárias existentes em áreas desmatadas até 22.07.2008. A moratória é **exclusiva** sobre as florestas nativas, não se aplicando sobre as demais formas de vegetação (cerrado, pampa, caatinga). **Excetuam-se da moratória** os imóveis com autorização de desmatamento já emitida e das áreas em licenciamento, **cujo protocolo seja anterior à data da publicação da lei.**

2. DIREITO ADQUIRIDO. Os proprietários que comprovarem que foi respeitado o índice de reserva legal em vigor, na época da abertura da área, ficam dispensados da sua recomposição ou compensação (reafirma o art 5º inciso XXVI da Constituição Federal). Assim, por exemplo, um proprietário de área da Amazônia que desmatou antes do ano 2000, época em que a reserva legal era de 50%, não será obrigado a se adequar ao índice atual, de 80%. Ou, ainda, quem desmatou área de cerrado, antes de 1989, também fica desobrigado de cumprir a regra atual.

3. PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – PRA’s

União, Estados e Municípios deverão elaborar, no prazo de cinco anos, os seus Programas de Regularização Ambiental (PRA’s). Trata-se de um mecanismo que permitirá, por meio de estudos técnicos, a indicação das condições para a **consolidação** de áreas, bem como as que deverão ser **recuperadas.**

Até a implementação do PRA pelo Estado, fica assegurada a manutenção das atividades agropecuárias e florestais consolidadas em APPs, Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito, a exemplo de várzeas e inclinações entre 25 e 45°, entre outros. Isto somente ocorrerá se **a supressão de vegetação tiver ocorrido antes de 22.07.2008**, se forem adotadas práticas conservacionistas do solo e recursos hídricos e se o imóvel for cadastrado no cadastro ambiental.

Feito o cadastro no PRA, o proprietário não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de **22.07.2008**, ficando suspensa a cobrança das multas decorrentes de atos anteriores a essa data.

4. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs):

ALTERAÇÕES. Criou-se mais uma faixa para cursos d'água de menos de cinco metros de largura, cuja faixa mínima de proteção deverá ser de 15 metros. Atualmente, são 30 metros.

Ficam dispensados da faixa de proteção, que hoje varia de 30 a 100 metros, as acumulações de água - açudes, lagoas e represas - com área inferior a um hectare.

Será permitido o acesso de pessoas e animais para a obtenção de água sem o excesso de restrições da norma atual.

REGULARIZAÇÃO DE APPS. Os PRA's devem considerar o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), os Planos de Recursos Hídricos e estudos técnicos e científicos de órgãos oficiais de pesquisa, além de outras condicionantes relativas aos aspectos socioambientais e econômicos.

Se fundamentado nesses critérios, o PRA poderá regularizar até 100% das atividades consolidadas nas APPs, **desde que não ocorram novos desmatamentos**. Deverão ser estabelecidas, inclusive, medidas mitigadoras e formas de compensação.

5. RESERVA LEGAL

Foram mantidos os percentuais de Reserva Legal da atual legislação: 80%, 35% e 20%.

ALTERAÇÕES. Poderá ser feito o cômputo da APP na Reserva Legal, **desde que não ocorram novos desmatamentos**, que a APP esteja conservada ou em regeneração e o proprietário tenha feito o cadastro ambiental.

Outra novidade: será permitido, na Amazônia Legal, o uso da servidão ambiental, isto é, quando o proprietário destina área de vegetação do seu imóvel além do exigido para a Reserva Legal a um imóvel rural de terceiros. Nas áreas de floresta, será considerada servidão ambiental percentual de vegetação que exceder a 50%; e, nas áreas de cerrado, a 20%. Hoje, a servidão somente pode ser instituída nas áreas que excedem a de reserva legal, ou seja, além dos 80% e 35% da propriedade, respectivamente.

REGULARIZAÇÃO DE RESERVA LEGAL

1. Consolidação. As propriedades com áreas de até quatro módulos fiscais, a chamada pequena propriedade, ficam desobrigadas da recomposição florestal ou compensação ambiental.

As propriedades com área acima de quatro módulos fiscais também terão direito à isenção até esse limite, mas ficam obrigadas a regularizar a Reserva Legal sobre a área excedente. Será permitido o cômputo das APPs, o que beneficia principalmente as médias propriedades.

2. Recomposição. Na Propriedade: Prazo inferior a 20 anos (1/10 a cada dois anos), podendo ser utilizadas espécies exóticas intercaladas com nativas, em até 50%.

3. Regeneração Natural

4. Compensação. Será possível a utilização dos seguintes mecanismos:

- Arrendamento, por meio de servidão ambiental, fora da bacia hidrográfica e do Estado – onde localizar-se a propriedade – desde que no mesmo Bioma;
- Aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA) - título que representa vegetação nativa sob regime de servidão ambiental, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos na lei;
- Doação ao Poder Público, de área localizada no interior de Unidade de Conservação, pendente de regularização fundiária ou contribuição para Fundo Público, que tenha essa

finalidade.

Programa de Recuperação Ambiental (PRA)

O Programa de Recuperação Ambiental (PRA) poderá regularizar as atividades rurais consolidadas em Áreas de Proteção Permanente –(APP) ou de Reserva Legal.

Para a regularização das APPs, será sempre exigida uma forma de compensação. Os critérios para essa compensação serão fixados quando da edição do PRA, que deverá ser elaborado pela União ou pelos Estados, no prazo de cinco anos.

No caso da Reserva Legal, o PRA poderá ou não exigir uma compensação. Se necessária, essa compensação poderá ser feita de três formas:

- **recomposição na propriedade:** prazo inferior a 20 anos (1/10 a cada dois anos), podendo usar até 50% de exóticas intercaladas com nativas.

- **regeneração natural**

- **compensação:** Aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA)

Arrendamento de área sob regime de servidão

Doação de área em Unidade de Conservação

Contribuição para Fundo Público para regularização fundiária de UCs

Agricultura e preservação ambiental - WAGNER ROSSI – Folha de São Paulo – Tendências e Debate – 08/07/2010

Na aurora do novo século, a agricultura brasileira dá sinais de grande vitalidade e força. Alimentamos o nosso povo e o de muitas outras nações. O país bate recordes seguidos na produção de grãos e os investimentos têm sido crescentes. Nos últimos oito anos, o governo federal quase quintuplicou os recursos para a produção agrícola e pecuária. De R\$ 20,5 bilhões destinados no plano agrícola de 2002/2003, saltamos para R\$ 100 bilhões a serem investidos na safra 2010/2011. Sempre buscando crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Agora, ao lado do financiamento às atividades tradicionais no campo, o país dará novo salto de qualidade na produção rural, criando e ampliando mecanismos de estímulo a práticas agronômicas que compatibilizem aumento de produção, especialmente de alimentos, e respeito e preservação ambiental. O programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), incluído no novo plano agrícola e pecuário, permitirá manter a alta produtividade no campo, mitigando a emissão de gases de efeito estufa. As ações se somam a outros programas em curso, de impactos positivos para a conservação do meio ambiente, como os dos combustíveis renováveis etanol e biodiesel e o programa da palma de óleo (dendê), recentemente lançado. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quer dar ao produtor as condições para fazer os investimentos necessários e incorporar as tecnologias alternativas ao longo do processo produtivo. Neste primeiro ano, R\$ 2 bilhões serão destinados para o programa ABC, além dos recursos para custeio disseminados em várias rubricas do Orçamento. O programa ABC atuará em cinco frentes: recuperação de pastagens degradadas; incentivo à formação de sistemas produtivos que integram lavoura, pecuária e florestas; expansão do plantio direto; aumento das áreas cultivadas onde se incentiva a fixação biológica de nitrogênio; e, finalmente, ampliação da área com florestas plantadas.

Toda atividade agrícola e pastoril que busque a sustentabilidade será estimulada e, nos seus desdobramentos futuros, planos de safras sucessivos deverão incluir novos incentivos.

A ideia é recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastos degradados com manejo adequado e adubação, o que corresponde à redução de 83 a 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalente/ano, se mantido o programa até 2020. Outra meta é aumentar a área com o sistema de integração lavoura-pecuária-florestas em 4 milhões de hectares, reduzindo de 18 a 22 milhões de toneladas de CO₂; e ampliar o uso do sistema de plantio direto em 8 milhões de hectares. Tais iniciativas vão posicionar a agricultura brasileira de pequenos a grandes produtores na vanguarda das ações de que o país precisa para atingir as metas acordadas em Copenhague. Por isso, o ABC não deve depender de governos. Não está sendo implantado para beneficiar esta administração, até porque precisa ser mantido e ampliado pelos próximos governos. Chegamos àquele momento da história em que diferenças culturais, políticas e sociais tornam-se secundárias diante de um desafio maior. É preciso abraçar o programa ABC, uma contribuição brasileira para reduzir as ameaças que pairam sobre a humanidade. Bem-sucedido, ampliará a nossa produção e a segurança alimentar do país, além de conciliar objetivos produtivos com necessidades ambientais.

WAGNER ROSSI, 67, é ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Lei florestal dá anistia de R\$ 10 bi, diz ministra – Folha de São Paulo – Ciência – 08/07/2010

A ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) disse nesta quarta-feira que a proposta de alteração do Código Florestal aprovada anteontem numa comissão da Câmara dos Deputados pode anistiar até R\$ 10 bilhões em multas a desmatadores. O texto do relator da comissão, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), livra de multa desmates feitos até julho de 2008. "Nós temos um passivo. Na nossa estimativa é que estão sujeitos a isenção de recolhimento aos cofres públicos por conta de autuações no Ibama cerca de R\$ 10 bilhões", disse Teixeira.

REJEIÇÕES

A proposta, que deve ir a plenário após as eleições, ganhou dois adversários de peso: a comunidade científica e a agricultura familiar. A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) nomeou ontem um comitê de especialistas para analisá-la. Segundo a entidade, faltou fundamentação científica ao parecer.

"Queremos mostrar que dá para dobrar ou triplicar a produção de alimentos no Brasil sem mudar o código", disse Ricardo Ribeiro Rodrigues, da USP de Piracicaba, um dos membros do comitê. A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), retirou o apoio à proposta, argumentando que Rebelo não contemplou no seu substitutivo as propostas da entidade. Segundo a Contag, o relator não fez menção à agricultura familiar em seu texto. "Desconsiderar esse conceito é um retrocesso", afirmou.

Mais uma investigação inocenta cientistas ligados a "Climagate" – Folha de São Paulo – Ciência – 08/07/2010

Uma avaliação independente do vazamento de e-mails da Universidade de East Anglia (Reino Unido), episódio conhecido como Climagate, concluiu que os autores das mensagens, acusados de falsear dados sobre o aquecimento global, agiram de forma honesta.

Segundo o painel de investigação, liderado pelo ex-funcionário público britânico Muir Russell, as pesquisas dos cientistas ligados ao Climagate são confiáveis. A investigação, contudo, concluiu que os pesquisadores deveriam ter compartilhado mais dados com seus críticos. "O rigor e a honestidade deles como cientistas são inquestionáveis", afirmou Russell. "Faltou, no entanto, mostrar um nível apropriado de transparência."

Essa é a terceira investigação sobre o roubo e divulgação de mais de mil e-mails do servidor da universidade. As mensagens causaram escândalo porque os climatologistas atacavam negacionistas da mudança climática em termos violentos e chegavam a sugerir que fossem impedidos de publicar trabalhos em revistas científicas. No entanto, Russell criticou a universidade por mostrar "má vontade" diante de pedidos ligados à Lei de Liberdade de Informação britânica -dispositivo que exige a liberação de dados de interesse público no país. Concluída a investigação, Jones receberá o cargo de diretor de pesquisa climática em East Anglia, informou o vice-chanceler da universidade, Edward Acton. É difícil saber o impacto do Climagate sobre a crença do público na realidade do aquecimento global. No Reino Unido, uma pesquisa feita no mês passado revelou que 78% dos britânicos acreditam que o planeta está esquentando, contra 91% do público cinco anos atrás.

Moratória da soja é renovada entre MMA e produtores – Sítio Eletrônico do MMA – 08/07/2010

Pela terceira vez consecutiva, foi renovado o compromisso público do setor produtivo de soja de não comprar o produto cultivado em áreas desmatadas da

Amazônia após julho de 2006. Conhecido como "moratória da soja", o acordo foi assinado hoje (8), em São Paulo, pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelas duas entidades que representam mais de 90% da cadeia produtiva da oleaginosa no País: a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

Para a ministra, os produtores de soja representam um setor da agricultura brasileira que está promovendo um diálogo adequado com a sociedade, e que está dando o exemplo de como é possível avançar economicamente protegendo os biomas nacionais. "Os resultados são promissores, mas os desafios para se avançar em relação a uma agenda ambiental ainda são muito grandes", completou.

Izabella ressaltou ainda a adaptação do setor aos novos requisitos dos mercados internacionais, que estão exigindo cada vez mais produtos certificados. Ela citou o exemplo da União Europeia, que passou a comprar apenas madeira certificada do Brasil. Segundo a ministra, isso demonstra que os consumidores internacionais estão cada vez mais exigentes, e que acordos como o de hoje vão permitir que o Brasil antecipe as metas previstas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas e atenda às demandas desses mercados.

Durante o evento, foram divulgados os resultados do monitoramento da safra 2009/2010 e a nova metodologia utilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que identifica com mais precisão se houve cultivo em áreas desmatadas recentemente. Segundo Fábio Trigueirinho, secretário geral da Abiove, o sistema de monitoramento anterior apresentava dados de áreas maiores, mas com a nova técnica, é possível identificar o desmate em áreas a partir de 25 hectares. "Com a utilização de imagens de satélite podemos verificar a possibilidade de plantio em áreas pré-selecionadas pelo Inpe, e depois checamos se existem condições adequadas para a produção na região indicada", informou Trigueirinho.

Atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor e exportador mundial de soja em grão, farelo e óleo. O Complexo da Soja, que reúne a cadeia produtiva da oleaginosa, é um dos principais itens da balança comercial brasileira e exportou cerca de US\$ 9,5 bilhões em 2005, colocando o País na liderança mundial das exportações do setor em valor.

A primeira moratória da soja foi implementada em julho de 2006 com o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação socioambiental no bioma Amazônico. Renovado em 2008, o acordo tem validade de dois anos.

"É um direito legítimo desmatar", defende CNA – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2010

De O Estado de S.Paulo

Uma corrida por autorizações de desmatamento pode ocorrer até que a reforma do código florestal, aprovada anteontem em comissão especial da Câmara, vire lei. A previsão não foi feita por ambientalistas, mas pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), ao avaliar texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Kátia aponta pressão pela abertura de novas áreas para agricultura e pecuária em Mato Grosso e no Tocantins.

"É um direito legítimo querer desmatar dentro dos percentuais permitidos da lei", disse Assuero Veronez, presidente da comissão de meio ambiente da CNA. A proposta aprovada anteontem estabelece moratória no desmatamento durante cinco anos, a partir da publicação da lei.

O texto prevê, porém, exceção para as autorizações de corte da vegetação nativa concedida ou protocolada até a data da publicação da lei. Antes de ir à sanção presidencial, o texto tem de passar pela Câmara e Senado.

Dona de terras em Tocantins, Kátia disse que recorrerá à Justiça pelo direito de não recuperar áreas desmatadas no Cerrado, região que só passou a ter reserva legal em 1989. O projeto aprovado prevê que vale o percentual de reserva legal em vigor na época do desmatamento. Mas há dificuldade para os produtores provarem quando houve o corte.

Perdão a desmatador custará R\$10 bi – Sítio Eletrônico do MST – 08/07/2010

O prejuízo financeiro com a anistia para proprietários multados por desmatamento ilegal, conforme prevê a reforma do código florestal aprovada na Comissão Especial da Câmara na terça-feira, é maior do que os valores calculados por ambientalistas.

Levantamento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) informa que, se a proposta for levada adiante, o governo perderá R\$10,6 bilhões. O valor corresponde à soma das multas aplicadas entre 1994 e 22 de julho de 2008, período que seria alcançado pela anistia.

"E quem cumpriu a lei, como fica?", pergunta ministra

A proposta, uma das principais reivindicações da bancada ruralista, foi duramente criticada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Para a ministra, o perdão imediato da dívida não é uma boa alternativa para a regularização ambiental, como defende o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). O projeto deverá ser votado pelo plenário da Câmara depois das eleições.

- O caminho não é anistiar. E quem cumpriu a lei, como fica? Deixa de cumprir? Outra coisa: quanto custa isso? Há um custo - adverte a ministra.

O perdão das dívidas está previsto no artigo 24 do relatório elaborado por Aldo.

- Em outros programas, como dos clubes com dívidas com o INSS, suspendem-se as multas. Depois, se a empresa se regularizar, dá baixa na dívida. O que não pode é dizer previamente: está todo mundo perdoado, está zerado o taxímetro - afirma Izabella.

As críticas ao relatório de Aldo foram reforçadas pelo secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa. Em carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, Pinguelli alertou que o projeto pode facilitar o avanço do desmatamento e comprometer parte das metas assumidas voluntariamente pelo governo brasileiro na Conferência Mundial do Clima, em Copenhague. No texto, Pinguelli informou ao presidente que entidades que fazem parte do fórum estão preocupadas com as consequências da reforma do código florestal.

"Na avaliação dessas entidades, as medidas propostas não se coadunam com as metas brasileiras de mitigação de gases de efeito estufa vinculadas ao Uso da Terra - em especial sobre a redução do desmatamento - levadas à 15ª Conferência das Partes da

Convenção - quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima", disse o secretário do fórum, na carta endereçada ao presidente.

"O Observatório do Clima entende que o texto, caso aprovado, irá contribuir para o aumento do desmatamento em todo o território nacional", acrescentou. Pinguelli manifestou preocupação especialmente com o trecho do projeto que "anistiará o desmatamento ilegal registrado até 22 de junho de 2008".

CNA quer que estados possam fazer mais mudanças

Os ruralistas não estão inteiramente satisfeitos com o projeto. A presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), disse ontem que trabalhará para que a reforma permita aos estados fazerem leis adicionais ao código florestal. A ideia é um dos maiores receios dos ambientalistas, que protestaram ontem contra o novo código, em frente ao Congresso Nacional.

Florestas tropicais são maiores "máquinas" de absorver CO₂ – Folha de São Paulo – Ciência – 09/07/2010

Bioma responde por um terço da fotossíntese feita no planeta □ □ DE SÃO PAULO

As florestas tropicais, como a Amazônia, são as máquinas de fotossíntese mais eficientes do planeta. Um novo estudo internacional mostra que elas absorvem um terço de todo o gás carbônico que é retirado da atmosfera pelas plantas a cada ano. □ Pela primeira vez, cientistas calcularam a absorção global de CO₂ pela vegetação terrestre: são 123 bilhões de toneladas do gás por ano. □ "É o dobro da quantidade de CO₂ que os oceanos absorvem", diz Christian Beer, do Instituto Max Planck para Bioquímica, na Alemanha. Ele é coautor do estudo, publicado na revista "Science". □ Selvas tropicais respondem por 34% da captura. As savanas, por 26%, apesar de ocuparem o dobro da área. □ Um outro estudo, publicado na mesma edição da "Science", mostrou que a temperatura influencia pouco na quantidade de carbono exalado pelas plantas quando elas respiram. □ Havia temores de que o aquecimento global pudesse acelerar as taxas de respiração, fazendo com que florestas se convertessem de "ralos" em fontes do gás - agravando mais o problema. □ Juntos, esses dados devem ajudar a melhorar os modelos climáticos, que dependem do conhecimento preciso do fluxo de carbono entre plantas, atmosfera, oceanos e fontes humanas do gás. □ O trabalho de Beer também ressalta a importância das florestas secundárias na Amazônia como "ralos" para o CO₂ em excesso despejado no ar por seres humanos. □ Isso porque, apesar de absorverem muito carbono por fotossíntese, as florestas tropicais devolvem outro tanto ao ar quando respiram. □ Florestas em regeneração, por outro lado, fixam muito mais carbono do que exalam. □ O estudo usou dados de uma rede internacional, a Fluxnet, que reúne centenas de torres que servem como postos de observação pelo mundo, analisando os fluxos de CO₂ na vegetação ao redor. □ No Brasil há quase uma dezena de torres de fluxo, a maior parte delas instaladas na Amazônia. □ "Mas ainda sabemos pouco, por exemplo, sobre pontos de transição abrupta ligados ao clima, como florestas em savanização", diz o biólogo Antonio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. "E ainda existem ambientes pouco mapeados, como pântanos e brejos."

Senado aprova PEC Cerrado e Caatinga – Sítio Eletrônico do MMA – 09/07/2010

09/07/2010

Os biomas Cerrado e Caatinga podem se tornar patrimônio nacional, como a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. A emenda à Constituição conhecida como PEC Cerrado e Caatinga (51/2003) - que poderá conferir o título aos dois biomas, bem como assegurar que a utilização dos mesmos seja feita dentro de condições que assegurem a preservação de seus ecossistemas e recursos naturais - foi aprovada na última quarta-feira (7) pelo Senado Federal.

Agora a matéria será examinada pela Câmara dos Deputados, e, caso aprovada, transformará o Cerrado e a Caatinga em patrimônio natural do Brasil, corrigindo a lacuna existente na Constituição Federal que não os incluiu na lista de biomas assegurados por lei. As duas regiões compõem aproximadamente 1/3 do território nacional.

Cerrado - No Cerrado, considerado a savana com a flora mais rica no mundo, estão cerca de 5% de toda a biodiversidade do planeta. O segundo maior bioma do Brasil tem também grande importância social, pois muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais que, juntos, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

No entanto, apesar de toda a riqueza, o Cerrado também é um dos biomas mais ameaçados do País. Segundo resultados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite (MMA/Ibama/Pnud), entre 2002 e 2008, o Cerrado teve a sua cobertura vegetal suprimida em 85.074 km², o que representa uma taxa, nesse período, de aproximadamente 14.200 km²/ano. Assim, considerando a área original de 204 milhões de hectares, o bioma Cerrado já perdeu 47,84% de sua vegetação nativa.

Caatinga - A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, ocupa cerca de 11% do território do país. De todas as regiões semi-áridas do planeta, é a mais rica em biodiversidade, com muitas espécies endêmicas. Além disso, tem grande potencial para o uso sustentável da sua biodiversidade, com espécies de potencial extrativista e de silvicultura como madeiras, forrageiras, medicinais, fibras, resinas, borrachas, ceras, tonantes, oleaginosas, alimentícias e aromáticas.

Apresenta ainda paisagens consideradas ideais para o ecoturismo. Todos estes fatores são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento da região e promover melhor qualidade de vida para as populações locais.

No entanto, a Caatinga vem sofrendo sérios impactos com a ocupação humana desordenada. Cerca de 46% de sua área já foi alterada e o uso não sustentável de seus recursos naturais tem a desertificação como uma de suas mais graves consequências, pois 94,66% da área do bioma está em regiões suscetíveis a este processo.

ASCOM

Hidropirataria na Amazônia, um delírio – Antônio Felix Domingues – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/07/2010

Há anos o fantasma da hidropirataria ronda cabeças no Brasil. Embora seja contada como uma história quase policial, a hidropirataria é um delírio que, em vez de

contribuir para maior valorização da água, acaba desviando a atenção de problemas reais, como a insuficiente cobertura da rede de água tratada para as populações amazônicas, o índice mais baixo do Brasil. A história, tema recorrente na mídia, conta que grandes navios-tanque vêm até o Rio Amazonas, ora próximo a Manaus, ora na sua foz, para roubar água do território brasileiro e levá-la para países sedentos.

À primeira vista, a hidropirataria nos revoltaria e teríamos, evidentemente, de tomar providências contra a atividade. Entretanto, essa história não encontra fundamento, posto que as leis da economia, de forma indistinta, regem os interesses de todas as atividades comerciais. Em valores atuais, 1 m³, ou 1 tonelada de água, custa entre US\$0,25 e US\$0,50 por dia para ser transportado em navios de grande porte para grânéis líquidos. Qualquer viagem para um dos chamados “países com sede”, localizados no Caribe ou no Oriente Médio, por exemplo, demoraria vários dias, ao que se impõe uma realidade importantíssima: o custo da água atingiria valores superiores a US\$ 3 por m³ para uma viagem de 10 dias a 13 dias, mais os custos de tratamento para torná-la potável, ao redor de US\$ 0,40/m³. Esses valores nos mostram a impossibilidade do comércio mundial de água bruta para abastecimento público utilizando-se o transporte marítimo, porque os custos do frete de grânéis líquidos tornam a atividade inviável em distâncias superiores a 500 km.

A realidade de que está resolvendo a sede dos países é a dessalinização e o reúso, que, com tecnologia e escala, operam a custos cada vez menores. Em Israel, três plantas dessalinizadoras (Ashkelon, Hadera e Sorek), no modelo de parcerias público privadas (PPPs), fornecem água potável a 3,5 milhões de pessoas a um custo médio de US\$ 0,60/m³. Dessa maneira, Israel, dentro de alguns anos, não vai mais comprar água da Turquia, o único caso conhecido de transporte de água em navios-tanque e que, apesar da distância de apenas 600 km, está perdendo toda viabilidade econômica.

Existem hoje cerca de 380 plantas de dessalinização em todo o mundo. No Brasil há apenas uma pequena unidade, funcionando na Ilha de Fernando de Noronha, que opera ao custo de US\$ 1/m³. É interessante ressaltar que nem para Fernando de Noronha compensaria levar água em navios-tanque. Existe, sim, um comércio de água entre países, de características muito limitadas, que ocorre por aquedutos, como, por exemplo, entre Lesoto e África do Sul, Malásia e Cingapura, Turquia e Chipre.

Por outro lado, o Brasil, o país mais rico do mundo em água doce, começa a se beneficiar com a exportação de água, mas não na sua forma líquida, e sim da maneira que se convencionou chamar de água virtual, aquela que é exigida para a produção de bens agrícolas ou industriais. Alguns produtos, como grãos, frutas, carnes, aço, papel, açúcar e álcool, demandam grandes quantidades de água para serem produzidos e muitos países já encontram dificuldades ambientais para a produção desses produtos e, por isso, precisam importá-los de países com água e solo em abundância, como o Brasil, por exemplo.

Provavelmente a história da hidropirataria nasceu de uma confusão que se faz com a prática do uso da água como lastro para os navios. Sem o lastro o navio não tem segurança, navegabilidade nem equilíbrio para a viagem, operações e manobras necessárias. A água de lastro é bombeada para dentro e para fora dos navios, de acordo com a necessidade operacional. Essa prática rotineira tem trazido ao mundo problemas expressivos por causa da introdução de organismos invasores que passam pelos filtros da rede e das bombas de lastro.

Atualmente, cerca de 5 bilhões de toneladas de água são movimentadas por ano entre diferentes regiões do globo. Estimam-se em US\$ 100 bilhões por ano os prejuízos globais causados por espécies invasoras na água doce levadas de um continente a outro. Os Estados Unidos gastam por ano cerca de US\$ 10 bilhões, principalmente por

causa do mexilhão zebra (*Dreissena polymorpha*). No Brasil, há cerca de dez anos, foi introduzido o mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), trazido por navios do Sudeste Asiático à Bacia do Prata. Para tentar prevenir o flagelo mundial provocado pela introdução de espécies exóticas a Organização Marítima Internacional (IMO), a agência das Nações Unidas responsável pela segurança da navegação e prevenção da poluição marinha, adotou, desde 2004, uma nova Convenção Internacional para Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimento de Navios.

Ainda que o transporte de água doce por navio fosse economicamente viável, quem o fizesse estaria contrariando o principal pressuposto dessa convenção, que é despejar no mar a água doce de lastro trazida de qualquer país, antes de retornar, para evitar a contaminação. Esforços têm sido intensificados para fiscalizar a água de lastro em costas e portos brasileiros. Esperamos que o Brasil possa, num futuro breve, ser citado como um bom exemplo para os demais países, signatários ou não, da referida convenção.

Portanto, problemas reais de água na Amazônia existem, sim, embora não despertem tanta atenção. Como, por exemplo, o fato de que na área mais rica de água doce do planeta cerca de 40% da população ainda não tem acesso a água tratada, o índice mais baixo no País, cuja média é de cerca de 10%. Esse é, sem dúvida, um fato incômodo e real, que deveria ser objeto de nossa preocupação.

As florestas e o clima – Ricardo Young – Folha de São Paulo – Opinião – 11/07/2010

Honrado com o convite para assinar esta coluna semanal, começo minha participação com um tema polêmico, que preocupa todos os envolvidos com a causa ambiental. Pouco mais de seis meses atrás, em Copenhague, o mundo se reuniu para debater a construção de política global de combate às mudanças climáticas. □ O Brasil se adiantou e chegou à COP 15 com uma das mais avançadas metas entre todos os participantes, a redução de emissões de CO₂ entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas até 2020. □ Estas metas se refletiram na promulgação da Lei de Mudanças Climáticas, no final de 2009, que, mesmo precisando de regulamentações, mostrou o reconhecimento do Estado de que há um problema, e seu compromisso em agir. □ Agora, de forma açodada, um grupo de parlamentares em fim de mandato decide propor desastrosa reforma no Código Florestal. As propostas apresentadas pelo deputado Aldo Rebelo estão afinadas com o que há de mais atrasado na gestão do território rural e na manutenção de serviços ambientais fundamentais. □ Além disso, vai contra a capacidade do país de cumprir seus compromissos internacionais em relação às mudanças climáticas e à própria lei sancionada pelo presidente Lula. A proposta da Comissão Especial da Câmara praticamente revoga a legislação brasileira de combate às mudanças climáticas. □ Eliminação de áreas de proteção permanente, redução de matas ciliares que preservam cursos d'água e nascentes e anistia a desmatadores contumazes vão comprometer ainda mais a capacidade do país em cumprir suas metas de redução de emissões. □ E devemos ter em conta que o Brasil está entre os cinco maiores emissores de CO₂ do mundo, um pouco mais que 50% desses gases têm origem no desmatamento e em atividades relacionadas ao uso do solo. □ Por sorte, a proposta sobre o Código Florestal não deverá ir a plenário na Câmara neste ano. Vai pousar nas mesas dos futuros congressistas, que poderão retomar os debates e aprimorar a construção de uma lei que permita ao Brasil exercer sua legítima liderança global em segurança ambiental,

além de estabelecer regras claras para as fundamentais atividades do agronegócio e da agricultura familiar, que garantem alimentos, riquezas e bioenergias para o Brasil. □Este é um dos muitos desafios que Câmara e Senado deverão enfrentar. Paira, ainda, sobre as cabeças e corações dos futuros legisladores a missão de fazer a reforma política, que tem na Lei da Ficha Limpa o elemento norteador, e regulamentar vários artigos da Lei de Mudanças Climáticas para estabelecer como o Brasil vai cumprir suas metas de emissões e levar o país a um futuro de desenvolvimento econômico e social justo. **RICARDO YOUNG** passa a escrever às segundas-feiras nesta coluna.

Código Florestal marca diferença de modelos agrícolas – Sítio Eletrônico do MST – 12/07/2010

Por *Raquel* *Júnia*
Da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)

Depois de dois dias de sessões conturbadas, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 6 de julho, alterações no Código Florestal brasileiro. Pela nova redação, não haverá mais a obrigatoriedade de se preservar 30 metros de vegetação na beira dos rios (matas ciliares), mas apenas 15 metros, em se tratando de cursos d'água que tenham de cinco a dez metros. Além disso, propriedades com até quatro módulos fiscais - o que na Amazônia, por exemplo, equivale a 400 campos de futebol - que já tenham desmatado áreas de Reserva Legal, não serão mais consideradas ilegais e nem precisarão replantá-las.

Pelo novo Código, os topos dos morros também deixam de ser consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e podem ser desmatados. São justamente estas áreas que recarregam os lençóis freáticos. O Código Florestal, que é a lei federal 4771, existe desde 1965 e é responsável por regular a relação entre os brasileiros e os biomas do país. O código define a observância das APPs, de Reserva Legal e vários outros dispositivos que visam coibir a exploração desenfreada da natureza.

Em junho, o deputado federal Aldo Rebelo (PcdoB/SP), relator da comissão especial criada para analisar os projetos de lei que alteram o Código Florestal, apresentou um relatório que flexibiliza as normas já existentes, como reivindicava a chamada bancada ruralista no Congresso. Em resposta, movimentos sociais ligados ao campo, pesquisadores e intelectuais começaram uma campanha contra a aprovação do relatório apresentado por Rebelo.

Nos últimos dias 5 e 6 de julho, o deputado apresentou um substitutivo que sofreu várias alterações ao longo das duas sessões de discussão e aprovação da matéria. Com presença de pessoas contrárias e favoráveis assistindo às reuniões, vaias e aplausos eram ouvidos constantemente. Algumas das modificações foram feitas por Aldo Rebelo horas antes da votação, na madrugada do último dia 6, razão pela qual deputados contrários à aprovação do texto se posicionaram insistentemente pelo adiamento da decisão, mas não tiveram êxito e a proposta foi aprovada por 13 a 5 votos. Os vários destaques apresentados pelos deputados também foram reprovados.

Para movimentos sociais, novo código possibilita mais desmatamento

O projeto de lei aprovado na Comissão Especial ainda precisa ser aprovado no plenário da Câmara e do Senado para começar a vigorar. O engenheiro florestal especialista em agroecologia Luiz Zarref, da Via Campesina, considera que o projeto praticamente 'derruba' o Código Florestal. Ele explica que, ao contrário do que sugere o relatório do deputado Aldo Rebelo, os movimentos sociais reunidos na Via Campesina nunca tiveram como demanda o fim da Reserva Legal em propriedades de até quatro módulos fiscais.

Pelo novo código, os proprietários destas unidades devem preservar as matas restantes, mas estão desobrigados a recompor o que já tiver sido destruído da Reserva. Luiz acredita que este é um dos principais problemas do novo texto. "O conceito de Reserva diz que se trata de uma área de uso sustentável, de manejo, onde se pode plantar frutas, até mesmo café, em convivência com espécies nativas. Esta Reserva é importante para se diversificar a produção", explica.

O engenheiro lembra que é justamente nestes espaços onde sobrevivem espécies nativas como o pequi, por exemplo, no caso do Cerrado, fruta largamente utilizada na culinária local. Ele explica ainda que todo pequeno produtor sempre teve no lote de terra um pedaço de mata para colher ervas medicinais, lenha e estacas para fazer cercas.

"Acabar com a Reserva Legal não é nenhum benefício. Daqui a 20 anos as terras destes pequenos agricultores estarão muito piores porque a faz reciclagem de nutrientes, mantém a adubação do solo e uma série de animais que são predadores naturais de pragas. E os pequenos agricultores não são como os grandes que podem vender a terra e ir para outro lugar: aquela terra será para ele, para os filhos e netos dele. Então, a longo prazo, é um grande golpe para a agricultura familiar", acrescenta.

O projeto aprovado anistia os proprietários de terras que desmataram ilegalmente até o ano de 2008. Luiz alerta que, na verdade, o que foi aprovado desobriga os desmatadores de pagamento de multa até o presente momento porque não existe estrutura suficiente nos órgãos de fiscalização para saber quem desmatou antes ou depois de 2008.

"Nós não temos acesso a imagem de satélite de todo o território nacional com tanta atualidade e o único meio de saber isso é por meio destas imagens, que são caríssimas. Só as temos em algumas regiões de fronteira da Amazônia, mas que ainda assim são imagens boas para detectar queimadas", diz.

Outro aspecto polêmico aprovado no novo texto se refere à possibilidade de compensação da área desmatada. O fazendeiro que desmatou poderá, pelo novo código, comprar um trecho de mata equivalente àquele em outro local, mesmo em outro estado, desde que seja dentro do mesmo bioma. Ou seja, se o desmatamento foi na região da Floresta Amazônica, a área compensada também deve ser na floresta. Pelo código em vigência hoje, esta compensação só pode ser feita dentro da mesma microbacia hidrográfica. Luiz Zaref critica também esta mudança.

"Esta área preservada cumpre o papel de abastecer de água os riachos da região. Se for jogada em outra bacia, mesmo que seja dentro do mesmo bioma, o impacto naquela bacia que está sendo devastada já terá sido feito", explica.

Em jogo, dois modelos de produção agrícola

No decorrer das discussões da comissão, o deputado Aldo Rebelo fez alterações no texto para deixar claro que a desobrigação de preservar a Reserva Legal em propriedades com até quatro módulos fiscais valia apenas para aqueles agricultores que já tinham desmatado até 30 de julho de 2008 e não para futuros desmatamentos.

Entretanto, a mudança, na opinião de Luiz Zarref, significa muito pouco, já que não há fiscalização suficiente, e o novo código contribui para aumento das áreas desmatadas. "Nós não temos dúvida de que terá uma corrida desenfreada pelo desmatamento nos próximos meses, dada a total ineficiência dos órgãos de fiscalização brasileiros", opina.

Para ele, o Cerrado e a Caatinga serão os biomas mais atingidos pelo desmatamento, já que nestas regiões a fiscalização é ainda mais ineficiente do que no bioma amazônico. "Como você diz que foi desmatado até 30 de julho de 2008? Não há como dizer. Os órgãos estaduais de meio ambiente estão sucateados: têm técnicos que fazem a legislação, mas não têm técnicos que vão a campo. Então, quando o técnico for lá daqui a dois anos, como ele diferencia o que foi feito em 2010 do que foi feito em 2008?", questiona.

De acordo com o engenheiro da Via Campesina, o texto aprovado choca-se também com o conceito até hoje vigente de função social da propriedade. "Uma propriedade, para não ser desapropriada, tem que ter uma função socioambiental, precisa ser financeiramente rentável e ter preservação ambiental. É um tripé. O novo código ataca uma parte deste tripé, a da preservação ambiental. Com o código, uma fazenda não pode mais ser desapropriada por não cumprir a função social no quesito da preservação ambiental", destaca.

Luiz questiona a imagem que se tentou construir de que os movimentos sociais são contra a produtividade. Para ele, na verdade, o que está em jogo são modelos diferentes de produção - o do agronegócio e o da agricultura camponesa e familiar. "Quem mais produz alimentos hoje é a agricultura camponesa e familiar, basta olhar os dados do IBGE", diz.

Código da Biodiversidade

Para o professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense Carlos Walter Porto-Gonçalves, a defesa do Código Florestal pelos movimentos sociais demonstra o quanto os setores progressistas estão na defensiva, sem conseguir de fato, pautar novas discussões. Ele atua junto aos movimentos sociais e também assinou o manifesto contra as modificações no Código Florestal, mas alerta que é preciso fazer uma outra discussão - a da necessidade de se pensar em um código de biodiversidade e não só de florestas.

"Falar em Código Florestal hoje é um retrocesso. Por que não um código de biodiversidade? As oligarquias latifundiárias ligadas ao Cerrado estão muito preocupadas em tirar o Mato Grosso e o Tocantins da Amazônia. Com esses estados não sendo mais compreendidos como áreas de floresta, eles ficariam livres para explorar o Cerrado. É preciso ver o que está por trás desta discussão", alerta.

Carlos Walter lembra a importância de biomas como o Cerrado, que tem grandes mananciais, onde se formam os rios mais importantes do país, e uma biodiversidade riquíssima, com centenas de espécies. Por isso, a urgência de se criar um código da biodiversidade. "O Código Florestal acaba sendo uma maneira indireta de dizer lá fora que você está cuidando das florestas do Brasil. A questão das florestas é um dos pontos importantes do debate ambiental global, mas é apenas um dos lados do problema.

O outro lado é a erosão genética, da biodiversidade, que se dá a partir do monocultivo. Sobre esse lado, as oligarquias não querem falar, por isso querem apenas falar de um código de florestas e não de biodiversidade. Assim, aceitam uma agenda externa para o debate na exata medida em que é conveniente aos seus propósitos de continuarem exportando commodities agrícolas e minerais", explica. E completa: "Guimarães Rosa, inspirado nos camponeses do cerrado, soube compreender como poucos que 'o cerrado é uma caixa d'água', pois o 'grande sertão', as chapadas, são recargas hídricas fundamentais para alimentar os lençóis d'água e daí as veredas. Por isso batizou seu grande livro: 'Grande Sertão: Veredas'. Preservar os cerrados e a cultura dos povos do cerrado, como soube fazer Guimarães Rosa, é fundamental para garantir água e de boa qualidade. Talvez tenha sido essa compreensão profunda da realidade dos povos do cerrado que tenha feito o escritor de Minas Gerais, universal", destaca.

E conclui: "Eu parodio uma frase do Chico Mendes que dizia que não há defesa da floresta sem os povos da floresta. Também não tem defesa do Cerrado sem os povos do Cerrado, porque os povos têm o conhecimento destas veredas e encostas, que vão produzir o Baru, o Pequi, a Fava-danta, um conjunto de óleos, frutos e resinas com usos medicinais", salienta.

O Código Florestal e a saúde

O médico veterinário e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), André Burigo, ressalta que, apesar de a saúde e o meio ambiente serem áreas bastante relacionadas, nenhum profissional da saúde foi ouvido no processo de elaboração do relatório do deputado Aldo Rebelo.

"O relatório traz registro das 33 audiências realizadas para discutir o tema e o nome dos convidados em cada uma delas. O Ministério da Saúde não foi convidado, a Anvisa também não, instituições como a Fiocruz, que tem laboratórios de excelência na discussão da saúde no campo, também não. De fato, diante de tudo que o relatório apresenta, a saúde poderia ser considerada um obstáculo para que avançasse esta proposta de um novo Código Florestal", critica.

André Burigo explica que cabe à área de saúde ambiental explicar esta relação entre saúde e meio ambiente, fundamentalmente estudando os impactos decorrentes do encontro do homem com a natureza na saúde das pessoas.

Ele lembra que no ano passado, foi realizada a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em cuja plenária final a diretriz mais votada diz: "mudança no modelo de desenvolvimento econômico de forma a produzir a qualidade de vida e a preservação do ambiente e a saúde desta e das futuras gerações, com a proteção da agrobiodiversidade e da biodiversidade urbana e rural, visando à sustentabilidade socioambiental responsável". Para André, a diretriz aprovada ilustra como a área da saúde tem a contribuir para este debate, no sentido oposto das modificações que estão sendo propostas para o Código Florestal.

O pesquisador ressalta que o modelo de produção vigente atualmente, do agronegócio, com grande concentração fundiária, trabalhadores mantidos muitas vezes em condição análoga à de escravidão e forte uso de agrotóxicos, tem impactos diretos na saúde. "Por exemplo, a segurança alimentar é uma questão de saúde pública enorme por causa deste modelo de desenvolvimento. Nós, da saúde, recomendamos muito a ingestão de verduras e hortaliças, mas estamos entrando num paradigma no qual podemos questionar se estes itens são alimentos ou não, por causa do uso intensivo de agrotóxicos. O conceito de alimentos tratado no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é de alimentos saudáveis, que não contêm veneno", questiona.

Ele comenta ainda que a população camponesa está sujeita também a outros problemas, que têm impacto direto na saúde e estão relacionados ao modo de produção do agronegócio, como a pulverização aérea das plantações. André lembra que este tipo de atividade foi questionada durante a Conferência Nacional de Saúde Ambiental, que votou por se extinguir a pulverização aérea no Brasil, entendendo que não há condições de segurança para isso. "Não há como garantir que esta pulverização aérea ficará apenas sobre aquela propriedade que aquele grande empresário está aplicando", explica.

O pesquisador dá um exemplo de como este modelo, que muitas vezes estabelece relações com os pequenos agricultores, traz consequências perigosas. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pequenos agricultores plantam fumo ou criam aves e suínos para grandes empresas.

"Este tipo de relação coloca o proprietário daquele chão como empregado das grandes empresas, que oferecem a muda, o veneno e o produtor entra com o financiamento do galpão, com a mão de obra da sua família, expondo sua família ao veneno. A mistura de exposição ao agrotóxico e de endividamento desta família na relação desfavorável que elas tem com o setor do agronegócio tem levado, inclusive, a um número elevado de suicídios destes pequenos agricultores", exemplifica.

André ressalta que há muitas populações expostas à chamada injustiça ambiental, expressão utilizada para conceituar práticas que provoquem danos à saúde pela transgressão do limite de atuação saudável no meio ambiente. Ele diz que as parcelas mais expostas da população são aquelas mais pobres das cidades, que vivem nas periferias das fábricas ou também em condições precárias, sem acesso à saneamento, educação e alimentação dignas. E no campo, as mais expostas aos agrotóxicos. "O Brasil tem ainda utilização liberada de agrotóxicos que já foram proibidos nos países chamados desenvolvidos", observa.

Para o pesquisador, o Código Florestal só pode ser discutido se for entendido no contexto de toda a discussão da questão agrária. "Este debate interessa a toda a

sociedade e não poderia ter sido aprovado dessa maneira, com um relatório que foi modificado na madrugada, nas vésperas da votação. Acredito também que não tenha sido ao acaso que foi discutido em um momento de Copa do Mundo, no qual a população está concentrada numa competição internacional esportiva. Acho que estes governantes estão dando um grande exemplo da fragilidade da democracia representativa no Brasil", diz.

Discurso de modernidade não é novo

Carlos Walter considera que também não é possível discutir a questão ambiental sem pensar no modelo social vigente. "Já na filosofia grega tinha o Rei Midas, que morreu de fome, porque tudo que ele tocava virava ouro, mas a riqueza não é o ouro, é a água, é a comida. O dinheiro (o ouro) é a expressão da riqueza e não a riqueza enquanto tal. E é esse dilema de Midas que a nossa sociedade está vivendo. Porque parece que nossa sociedade inventou uma nova Lei de Lavoisier: na natureza nada se perde, tudo se transforma em ... oportunidade de mercado", diz o professor, alertando para o perigo de se transformar a natureza em lucro a qualquer preço.

O geógrafo ressalta também a existência de dois modelos técnico-políticos em disputa para a agricultura brasileira. "Um é o modelo do agronegócio, dos grandes latifúndios empresariais, de monocultivos de exportação, altamente energívoros, aquívoros, que provocam grandes danos, como perdas de solos, contaminação das águas, além de uma poluição invisível, que é uma poluição genética através do modelo da transgenia cujo efeito sobre nossos corpos e o meio ambiente ainda não conhecemos", explica.

Ele lembra que esse processo não é novo, já que as oligarquias latifundiárias, com seus monocultivos empresariais, sempre fizeram esforços para inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho para exportar a commodity do momento, seja a cana de açúcar, o algodão ou o cacau, por exemplo.

"A ideologia da modernidade tem 500 anos no Brasil. Temos hoje rigorosamente a mesma tecnologia de ponta que tínhamos no século XVI. Um trator com computador que hoje opera num grande latifúndio empresarial de produção de soja é o equivalente ao engenho moderno no século XVI. O Brasil não exportava matéria prima, como nos ensinaram os livros didáticos e ainda hoje nos ensinam os livros de história econômica. O Brasil exportava açúcar que era um produto manufaturado, e éramos os maiores exportadores de manufatura já no século XVI e o fazíamos usando o trabalho escravo. Modernidade com injustiça social nos caracteriza desde sempre", afirma.

O outro modelo, de acordo com o professor, é a forma pela qual os movimentos sociais têm tentado se reapropriar politicamente da terra, com base na agricultura familiar. "Este modelo tem na agroecologia e nas experiências da cultura tradicional camponesa seus dois grandes pilares. A aproximação com o conhecimento técnico se apóia nessa capacidade de proporcionar o máximo de autonomia aos camponeses e de potencializar a produção de acordo com as especificidades que o ecossistema tem. É um modelo que tende para a policultura, para a diversidade de produção e muito mais voltado para o mercado local e regional", distingue.

Carlos Walter chama a atenção para o fato de que nos últimos 40 anos, ao mesmo tempo em se intensificaram as discussões sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, se ampliou a destruição numa escala jamais vista na história da humanidade. "Isso exige fatalmente de todos aqueles que estão preocupados com a questão ambiental que revejam sua atuação política, porque a consciência ecológica não tem significado um compromisso efetivo com a superação do problema. É como se a consciência fosse insuficiente porque não está se traduzindo em práticas que apontem para uma sociedade mais sustentável, embora o que mais se fale hoje em dia é exatamente sobre sustentabilidade", aponta.

No caso do Brasil, o professor situa a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, como dois exemplos da intensificação da devastação da Amazônia e do Cerrado brasileiros nos últimos 40 anos. Ele diz que vigora atualmente uma crença cega no poder da ciência e da técnica, a que ele atribui o nome de ideologia tecnocêntrica, mas que não tem resultado em soluções para o problema da devastação do meio ambiente.

"Afinal, não se trata de um problema técnico, mas sim técnico-político e o desafio é reinventarmos uma outra matriz de conhecimento que não seja fundada no mito da dominação da natureza, como o atual. Nos últimos 30, 40 anos nós tivemos um avanço tecnológico no mundo que permitiu o aumento geral da produtividade em 30 %, mas isso não significou uma diminuição da pressão sobre os recursos naturais, pois no mesmo período houve o aumento no consumo desses recursos em 50%. Hoje, há informações de que já temos um consumo anual de recursos naturais numa proporção que ultrapassa 30% da capacidade de reposição da biomassa do planeta. Estamos sacando numa conta que sem fundo", alerta.

Ibama só recebe por 0,2% das multas – Folha de São Paulo – Ciência – 15/07/2010

Número de autuações aplicadas pelo órgão ambiental federal está caindo, mas inadimplência está crescendo □□ Problema passou a se acentuar depois de o governo concentrar ações de fiscalização em grandes proprietários □

Fiscal multa construção ilegal de casa em ilha do Rio □□ **FERNANDA ODILLA** □ DE BRASÍLIA □□ O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) só conseguiu receber o dinheiro de 0,2% das multas que aplicou de janeiro a outubro de 2009, revela o Tribunal de Contas da União. □ O problema está se acentuando mesmo com a queda no número de autuações por ano, tendência registrada de 2008 até agora. Em 2005, o governo tinha conseguido receber o pagamento de 1% do total de multas aplicadas. □ O Ibama está no topo da lista nacional dos piores arrecadadores. Dos R\$ 23,8 bilhões devidos por credores da União, 64% são multas ambientais, aplicadas pelo órgão, que não foram pagas. □ Desde 2009, o Ibama tem concentrado sua ação de fiscalização nos grandes infratores. Num primeiro momento, a estratégia fez cair em 25% o número de autuações e o montante total das

multas aplicadas. A soma das multas de 2008 é R\$ 724,2 milhões maior que a de 2009. □ □ **LACUNA MINEIRA** □ O principal responsável pela queda na arrecadação em 2009 foi Minas Gerais, onde foi cancelado o convênio com a Polícia Militar. O Estado aplicou 6.200 multas a menos com o fim da parceria. "A máquina [em Minas] estava em colapso. Passamos a focar as ações de maior escala em todo o país porque o objetivo é a dissuasão", diz Bruno Barbosa, diretor de fiscalização do Ibama. □ Diante da nova política, podem deixar de ser alvos prioritários do órgão colecionadores caseiros de animais silvestres sem registro e até os 869 assentamentos da reforma agrária que contribuíram com o desmate verificado durante o ano passado na Amazônia Legal. □ □ **PUNIÇÃO EXEMPLAR** □ A fiscalização do órgão diz acreditar que, ao fazer grandes operações e aplicar multas mais pesadas, intimida os pequenos infratores. Essa estratégia está concentrada na Amazônia, que acumulou 74% do total de R\$ 7,5 bilhões em multas aplicadas nos últimos dois anos por poluição, degradação e infrações contra fauna e flora. □ Nesse período, fiscais assinaram 52,6 mil autuações em todo país, sendo 20,8 mil delas (39,6%) na Amazônia. □ No ano passado, o Pará apareceu nas planilhas do Ibama como o campeão em multas, tanto em números de autos de infração quanto de autuações de maior valor. O resultado foi impulsionado da Operação Boi Pirata 2, que concentrou ações no município de Novo Progresso, área de intenso desmatamento. □ Na empreitada, foram apreendidas cerca de 800 cabeças de gado criadas em uma área de proteção ambiental de um único dono. O gado foi doado aos governos dos de Mato Grosso, Bahia e Pará, que se responsabilizaram pelo deslocamento e distribuição dos bois a beneficiários de programas sociais. □ □

Extração de madeiras da concessão florestal terá monitoramento – Sítio Eletrônico do MMA – 16/07/2010

O Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) assinaram um acordo de cooperação técnica que vai auxiliar no monitoramento da extração de madeira nas áreas de concessão florestal. As atividades produtivas da primeira concessão do País, na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, devem começar neste ano.

"O Inpe é um instituto de excelência na área de monitoramento das florestas e o uso dessas ferramentas é fundamental para o Serviço Florestal, no controle dos contratos e no acompanhamento do que ocorre com as terras públicas federais", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Para verificar se as empresas estão retirando madeira apenas nos locais, intensidade e períodos permitidos, o Serviço Florestal Brasileiro vai usar as imagens de satélite disponibilizadas pelo Inpe. O Instituto também já começou a capacitar técnicos do Serviço Florestal que trabalham com sensoriamento remoto no processamento digital das imagens para realçar as feições características da exploração seletiva, ou seja, por manejo florestal.

O acordo prevê ainda capacitações em sistemas de informações geográficas e gerenciamento de banco de dados espaciais, o que ajudará o Serviço Florestal a ter equipes capazes de aprimorar, constantemente, o monitoramento das florestas públicas brasileiras.

Confiabilidade - O monitoramento por satélite das áreas de concessão vai gerar informações mais detalhadas que as utilizadas atualmente, pois será possível acompanhar espacialmente as atividades dos concessionários. Com essas informações, o

Serviço Florestal conseguirá identificar onde estão os pátios de estocagem e onde foram abertas as estradas para escoamento da produção dentro da unidade de manejo, bem como alguma eventual exploração fora da área designada.

Hummel explica que as informações coletadas por satélite vão se somar ao trabalho de campo e tornar mais eficiente o trabalho das equipes que atuarão diretamente na unidade de manejo com o objetivo de verificar o cumprimento do plano de manejo florestal. "São ferramentas que vão melhorar o controle, a auditoria e a fiscalização das concessões florestais."

A parceria entre o Serviço Florestal e o Inpe já vem ocorrendo, e o acordo de cooperação técnica veio selar esse compromisso. A cooperação deve se estender a outras ações relativas à gestão das florestas públicas.

Debate sobre novo Código Florestal ocorre sob tensão - André Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 17/07/2010

Sob manifestações calorosas tanto de ambientalistas quanto de pessoas ligadas ao agronegócio, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) voltou a defender ontem, em São Paulo, seu relatório que propõe mudanças no Código Florestal. O texto, aprovado na semana passada por comissão especial da Câmara dos Deputados, livra 90% dos proprietários de terra no País da exigência de recuperar a vegetação nativa em seus imóveis e reduz a área de preservação nas margens de rios, entre outros pontos.

Rebelo participou do terceiro debate da série Encontros **Estadão** & Cultura ao lado de Sérgio Leitão, representante da ONG Greenpeace, e de Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra. As outras discussões foram sobre Comportamento Verde – A Etiqueta do Século 21 e Lixo – Nova Legislação e Coleta Seletiva.

Antes mesmo do início das discussões, o clima era tenso. "A sociedade não foi ouvida sobre as mudanças", gritaram manifestantes quando Rebelo subiu ao palco. O evento foi interrompido várias vezes por pessoas que chegaram a dar um "cartão vermelho" a Rebelo e abrir cartazes com dizeres contra as alterações no código. Houve também manifestações de apoio à reforma. "A lei florestal é de 1965 e colocou na ilegalidade 90% dos produtores de arroz no Sul do País e também os produtores de banana do Vale do Ribeira, em São Paulo. O que propomos é uma legislação que coloque o pequeno produtor na lei", disse Aldo.

O representante do Greenpeace, Sérgio Leitão, contestou Rebelo. "Os verdadeiros interessados na reforma são as multinacionais do agronegócio. O pequeno produtor não aprova as mudanças. Nem as universidades, que sequer foram ouvidas", disse. Para Smeraldi, diretor da Amigos da Terra, o ideal é que o debate seja feito após o período eleitoral. "O primeiro semestre de 2011 será o momento oportuno para retomarmos essa discussão, que precisa ser feita com toda a sociedade", disse. Repercussão.

Em artigo publicado na seção de cartas da revista *Science*, seis pesquisadores ligados a universidades brasileiras e americanas criticaram a proposta. "Se o novo código for aprovado, as emissões de dióxido de carbono do Brasil aumentarão substancialmente, contrariando o compromisso assumido em Copenhague", diz o texto, assinado por pesquisadores como Jean Paul Metzger, Thomas Lewinsohn e Carlos Joly.

Solicitado por vários leitores a voltar ao tema das ONGs, mostrarei a vinculação entre os “fazendeiros” americanos e a atuação de ONGs ambientalistas no Brasil. Trata-se de uma curiosa conjunção entre o agronegócio americano, ONGs ambientalistas (aqui, evidentemente), grandes empresas, governos e “movimentos sociais” no País.

A National Farmers Union (União Nacional dos Fazendeiros) e a Avoided Deforestation Partners (Parceiros pelo Desmatamento Evitado), dos EUA, encomendaram um estudo, assinado por Shari Friedman, da David Gardiner & Associates, publicado em 2010, para analisar a relação entre o desmatamento tropical e a competitividade americana na agricultura e na indústria da madeira. O seu título é altamente eloquente: *Fazendas aqui, florestas lá*. O diagnóstico do estudo é que o desmatamento tropical na agricultura, pecuária e de florestas conduziu a uma “dramática expansão da produção de commodities que compete diretamente com os produtos americanos”. Ou seja, é a competitividade do agronegócio brasileiro que deve ser diminuída para tornar mais competitivos os produtos americanos.

O estudo é tão detalhado que chega a amostrar quanto ganhariam os Estados americanos e o país como um todo. E calcula que o ganho americano seria de US\$ 190 bilhões a US\$ 270 bilhões entre 2012 e 2030. As campanhas pela conservação das florestas tropicais e seu reflorestamento não seriam, nessa perspectiva, uma luta pela “humanidade”. Elas respondem a interesses que não têm nada de ambientalistas. Ao contrário, o estudo chega a afirmar que os compromissos ambientalistas nos EUA poderiam até ser flexibilizados segundo as regras atuais, que não preveem nenhum reflorestamento de florestas nativas, do tipo “reserva legal”, só existente em nosso país. Também denomina isso de “compensação”, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: mais preservação lá (no Brasil), menos preservação aqui (nos EUA). Cito: “Eliminando o desmatamento por volta de 2030, limitarse-iam os ganhos da expansão agrícola e da indústria da madeira nos países tropicais, produzindo um campo mais favorável para os produtos americanos no mercado global das commodities.” Eles têm, pelo menos, o mérito da clareza, enquanto seus adeptos mascaram suas atividades. Esse estudo reconhece o seu débito com a ONG Conservation International e com Barbara Bramble, da National Wildlife Federation, seção americana da WWF, igualmente presente em nosso país.

A Conservation International é citada duas vezes na página de agradecimentos, suponho que não por suas divergências. Mas ela publica em seu site um artigo dizendo-se contrária ao estudo. A impressão que se tem é a de que se trata de um artifício retórico para se desresponsabilizar das repercussões negativas desse estudo em nosso país e, em particular, na Câmara dos Deputados. Logicamente falando, sua posição não se sustenta, pois ao refutar as conclusões do artigo não deixa de compartilhar suas premissas. A rigor, não segue o princípio de não contradição, condição de todo pensamento racional. Porque não defende a “reserva legal” nos EUA e na Europa, segundo os mesmos princípios defendidos aqui? Seria porque contrariaria os interesses dos fazendeiros e agroindustriais del á? Entre seus apoiadores se destacam Wall Mart, McDonald’s, Bank of America, Shell, Cargill, Kraft Foods Inc., Rio Tinto, Ford Motor Company, Volkswagen, WWF e Usaid. Os dados foram extraídos de seu site internacional. Barbara Bramble é consultora sênior da National Wild life Federation, a WWF americana. Sua seção brasileira segue os mesmos princípios e modos de atuação, tendo o mesmo nome.

Se fosse coerente, deveria lutar para que os 20% de “reserva legal”, a ser criada

nos EUA e na Europa, fossem dedicados à *wildlife*, a “vida selvagem”. Entre seus apoiadores e financiadores (dados extraídos de sua prestação de contas de 2009), destacam-se o Banco HSBC, Amex, Ibope, Natura, Wall Mart, Conservation Internacional, Embaixada dos Países Baixos, Greenpeace e Instituto Socioambiental (ISA). A lista não é exaustiva. Observe-se que a ONG Conservation Internacional reaparece como parceira da WWF. Ora, essa mesma consultora é sócia-fundadora do ISA, ONG ambientalista e indigenista. A atuação dessa ONG nacional está centrada na luta dita pelo meio ambiente e pelos “povos da floresta”. Advoga claramente pela constituição de “nações indígenas” no Brasil, defendendo para elas uma clara autonomia, etapa preliminar de sua independência posterior, nos termos da Declaração dos Povos Indígenas da ONU. Ela, junto com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), possui o mais completo mapeamento dos povos indígenas do Brasil. Sua posição é evidentemente contrária à revisão do Código Florestal. Dentre seus apoiadores e financiadores, destacam-se a Icco (Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento), a NCA (Ajuda da Igreja da Noruega), as Embaixadas da Noruega, Britânica, da Finlândia, do Canadá, a União Europeia, a Funai, a Natura e a Fundação Ford (dados foram extraídos de seu site). OISA compartilha as mesmas posições do Cimi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST.

Ora, esses “movimentos sociais”, verdadeiras organizações políticas de esquerda radical, por sua vez, seguem os princípios da Teologia da Libertação, advogando pelo fim do agronegócio brasileiro e da economia de mercado, contra a construção de hidrelétricas e impondo severas restrições à mineração. Junto com as demais ONGs, lutam por uma substancial redução da soberania nacional. Dedico este artigo aos 13 deputados, de diferentes partidos, e às suas equipes de assessores que tão dignamente souberam defender os interesses do Brasil, algo nada fácil nos dias de hoje.

Florestas devem atrair R\$ 14 bilhões – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Capa – 20/07/2010

Os negócios com florestas plantadas devem garantir investimentos de R\$ 14 bilhões até 2014. Os investidores estrangeiros entrarão com pelo menos 30% desse total, segundo estudo da consultoria especializada Consufor, baseado nas negociações em curso e em consultas diretas de interessados.

Os estrangeiros, representados por gigantes da gestão de ativos florestais que manejam recursos de grandes bancos e companhias de seguro internacionais, já detêm 500 mil hectares de florestas de pinus e eucaliptos no país. Empresas nacionais como Florestal Brasil, GMR, Claritas e Vale Florestar correm para garantir espaço. A Consufor estima que pelo menos 250 mil hectares estejam hoje em negociação entre investidores e indústrias do setor no Sul e Sudeste.

Setor florestal deve receber R\$ 14 bilhões em aportes até 2014 - Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócio – 20/07/2010

Terra farta e barata, produtividade imbatível e um mercado consumidor aquecido devem garantir até R\$ 14 bilhões em investimentos diretos no setor florestal brasileiro até 2014. Cada vez mais atraídos pela solidez desses negócios, os investidores estrangeiros planejam prover ao menos 30% desse total.

O estudo inédito da consultoria especializada Consufor, baseado nas negociações em curso e em consultas diretas de interessados, aponta que só a implantação de novos maciços florestais garantirá aportes de R\$ 5 bilhões ao setor nos próximos três anos.

Os estrangeiros, representados por gigantes da gestão de ativos florestais, apostam no negócio como investimento de longo prazo para diversificar carteiras, reduzir níveis de risco e elevar as margens de retornos financeiros.

Os principais gestores da área, que manejam recursos de grandes bancos e companhias de seguro internacionais, já detêm 500 mil hectares de florestas de pinus e eucaliptos no Brasil, sobretudo na região Sul.

“A organização desses investimentos no Brasil foi tardia, de 2001 para cá”, diz o diretor da Consufor, Marcio Funchal. “Mas agora ninguém quer ficar de fora porque há uma briga franca e aberta por esses recursos”.

Atrás do avanço da concorrência externa, nacionais como Florestal Brasil, GMR, Claritas e Vale Florestar correm para garantir espaço. Os fundos nacionais miram nesse plantio comercial para gerar contratos de suprimento, recuperação de áreas degradadas e replantio de florestas.

Está em alta a demanda para atender celulose, papel, siderurgia e painéis de madeira. “Ainda temos terras suficientes para crescer, principalmente em áreas degradadas que podem ser reconvertidas”, afirma o diretor-executivo da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abrap), Cesar Augusto dos Reis.

Nesse cenário positivo, a Consufor estima haver pelo menos 250 mil hectares em negociação atualmente entre investidores e indústrias do setor no Sul e Sudeste do país. As empresas do setor estimam elevar em 1,44 milhão de hectares a área de florestas plantadas no país até 2014.

“É um cálculo conservador porque a recuperação econômica mundial já nos permite projetar demanda acima de 2 milhões de hectares”, pondera Reis, cuja associação congrega 24 das principais empresas de capital nacional e estrangeiro.

Mesmo animados com as boas perspectivas para o setor no longo prazo, as empresas têm preocupações com os debates sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965, e a possível limitação para a compra de terras por estrangeiros no país. Há um mês, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, informou ao Valor que o governo avalia ampliar os controles, e até revogar, a titularidade de áreas em mãos estrangeiras. “São debates que inquietam o setor”, diz Marcio Funchal. “Já conversamos com o governo sobre o assunto e esperamos parcimônia nessa abordagem”, afirma Cesar Reis.

Questões como o baixo ordenamento do uso do solo e a falta de titularidade dos imóveis rurais ainda inibem a voracidade dos investidores.

No horizonte de ampliação dos negócios, também surgem opções consideradas atrativas aos novos investidores. A criação de sociedades de propósito específico (SPEs) entre investidores e indústrias tradicionais eliminaria intermediários e daria mais confiança aos negócios, avaliam os gestores da área.

Além disso, o processo de concessões de “florestas públicas” pelo governo federal, cujo potencial soma 6,5 milhões de hectares de áreas nativas no país, funciona como um poderoso atrativo aos gestores de ativos. Os estrangeiros têm forte interesse

na opção, que permite o “aluguel” de matas por 40 anos. Ao menos 4,5 milhões de hectares dessas áreas estão na Amazônia. Em Rondônia, por exemplo, parte dos 240 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari são administrados pela gestora Amata Brasil. “Em cinco anos, o setor florestal baseado em madeira tropical sentirá os reflexos positivos de um novo perfil de investidores”, prevê Marcio Funchal, da Consufor.

Agrotóxicos são incompatíveis com biomas brasileiros – Sítio eletrônico do MST – 21/07/2010

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), integrante da Via Campesina, em seu mais recente encontro nacional ergueu a bandeira contra o uso dos agrotóxicos. Recentemente, o Brasil conquistou o triste índice de maior consumidor mundial de venenos. Em 2009, a média foi de três quilos ingeridos por habitante.

Frei Sérgio Görge, dirigente do MPA, defende que a sociedade civil e os movimentos sociais devem se mobilizar a partir deste tema, por meio de estudos de caso, denúncias, encontros para trocas de informações “Tanto científicas como práticas para atingir linhas de ação”, convoca.

Em entrevista, o dirigente coloca que o uso indiscriminado de agrotóxicos tem como base o atual modelo de agricultura. E o pequeno agricultor é o mais prejudicado por esta situação.

Página do MST. Como o MPA analisa os atuais índices de aumento do uso de agrotóxicos na agricultura?

Frei Sérgio Görge. É um sinal de descompasso entre o biomas brasileiros e o modelo de agricultura. Somos um país tropical e subtropical utilizando uma agricultura com modelo de clima frio, modelo dos EUA, que hoje nem serve para eles. O Brasil é megabiodiverso, mas apresenta grandes extensões de monocultivo, e está provado que isso, em um ambiente úmido e quente, provoca descontrole ambiental. Em um cenário de muita diversidade biológica, impõe-se de maneira forçada a homogeneização, que causa descontrole, insetos, etc. A saída acaba sendo o uso e a multiplicação absurda do volume de venenos – resultado do modelo de agricultura. Temos que adotar uma agricultura de tipo tropical que conviva com os biomas multidiversificados. Pois o veneno é uma consequência de uma situação. Temos hoje uma situação insustentável do ponto de vista da saúde, dos custos dos agricultores, do ponto de vista da contaminação ambiental.

Página do MST. De que forma o pequeno produtor e o produtor familiar enfrentam esta situação?

FSG. O agricultor está prensado. Não tem onde escapar. Se não usar, não colhe nada. Se usa, não sobra nada, o lucro vai todo para o veneno fertilizante. Se não houver um movimento forte de mudança de modelo para o agricultor, a tendência é que ele seja cada vez mais inviabilizado economicamente, depois os médios agricultores tornam-se escravos das multinacionais. Os grandes fazendeiros também estão nas mãos das corporações. Está na hora da rebelião dos médicos, apontando que as doenças de massa

têm como causa os venenos agrícolas – o que implica uma mudança do modelo como um todo.

Página do MST. Como o senhor tem visto as recentes ações de fiscalização da Anvisa em relação a transnacionais do ramo de agroquímicos e os recentes dados sobre o aumento dos agrotóxicos em cada cultivo?

FSG. É impressionante. Viu-se de tudo nas empresas, que mudam fórmulas e usam venenos modificados. As leis são permissivas, mas nem isso eles respeitam. O material está vencido. É mais uma frente de batalha para a mudança. Acho a [ofensiva da ANVISA sobre as transnacionais](#) têm que ir para dentro das grandes indústrias. A informação sobre alfaces, tomates, são graves, mas não podemos ir para cima do agricultor, que não tem alternativa, muitas vezes por não ter informação. No Brasil há um monopólio que envolve terra, insumos agrícolas, venenos, sementes e mercado industrial. É uma cadeia fechada, e o povo brasileiro está nas mãos de bandidos no mercado agroalimentar.

Satélites indicam redução de 47%no desmate da Amazônia – Estado de São Paulo – Capa – 21/07/2010

Faltando dois meses do período de coleta de dados da taxa anual de desmatamento, o ritmo de abate de árvores na Amazônia indica queda de 47%.O recuo é maior do que o registrado no ano passado, de 42%, até então recorde nacional. A indicação de nova queda aparece nos dados acumulados entre agosto de 2009 e maio de 2010 pelo Deter, o sistema de detecção do desmatamento em tempo real. Esse sistema não capta desmate em áreas com menos de 50 hectares. A nova taxa oficial da devastação ainda depende das medições em junho e julho, que normalmente apresentam ritmo acelerado de corte. VIDA / PÁG. A18

Satélites indicam queda de 47% do desmatamento na floresta amazônica – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 21/07/2010

Faltando apenas dois meses para o período de coleta de dados da taxa anual de desmatamento, o ritmo de abate de árvores na Amazônia indica uma queda de 47%. A redução é maior que a registrada no ano passado, de 42% – até então um recorde nacional.

A indicação de nova queda que aparece nos dados acumulados durante dez meses – entre agosto de 2009 e maio de 2010 – pelo Deter, o sistema de detecção do desmatamento em tempo real. Divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Deter é usado para orientar a ação de fiscais no combate à devastação da Amazônia.

O Deter captou desde agosto passado o corte de 1.567 km² da Floresta Amazônica, área maior do que a cidade de São Paulo. Mas o sistema conta apenas uma

parte da história do que acontece na região. Mais rápido e menos preciso, o Deter não capta desmatamentos em áreas com menos de 50 hectares (meio quilômetro quadrado). Vem daí a principal diferença entre o sistema de detecção do desmatamento em tempo real e o Prodes, que mede a taxa oficial, divulgada ao final de cada ano.

No ano passado, o Prodes mediu redução recorde de 42% no ritmo do desmatamento. A área abatida foi a menor desde o início da série histórica do Inpe, em 1988. Entre agosto de 2008 e julho de 2009 foram devastados 7.464 km² de floresta, ou cerca de cinco vezes o tamanho da cidade de São Paulo. No ano anterior, a Amazônia havia perdido quase 13 mil km² de floresta.

Essa queda recorde foi registrada depois de um ano de interrupção em um período de queda do abate de árvores, que vinha se mantendo desde 2004, e de uma crise no governo. Foi resultado sobre tudo do aumento de fiscalização e de medidas como o corte de crédito aos desmatadores e o embargo da produção em áreas de abate ilegal de árvores.

A nova taxa oficial de desmate ainda depende das medições dos satélites em junho e julho, que tradicionalmente apresentam ritmo acelerado de corte de árvores. O período mais complicado na preservação da floresta começa com o fim das chuvas na região e segue até outubro.

Ranking.

Em maio, o Inpe registrou 11,4% de desmatamento a menos do que no mesmo mês de 2009, dado que contribuiu para a queda de 47% acumulada desde agosto.

O Estado de Mato Grosso lidera mais uma vez o ranking dos desmatadores, seguido pelo Pará. Contribuiu para o resultado em maio a presença de menos nuvens cobrindo Mato Grosso. As nuvens atrapalham as imagens de satélites e tornam menos precisas as medições. Leitura dos dados de satélites feita pela ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia também aponta queda em maio, mas aponta para um aumento de 7% no acumulado entre agosto de 2009 e 2010.

Dados sugerem quebra de padrão

Uma nova queda significativa no ritmo do desmatamento foge às expectativas para 2010, até no próprio governo. Anos eleitorais costumam ser mais complicados, pois a ação dos fiscais fica vulnerável a pressões políticas. A apreensão de uma motosserra pode tirar votos do candidato governista. Este ano, a luta contra o desmate contou ainda com complicadores como o crescimento econômico, que estimula a busca por mais áreas para a pecuária, e a greve de fiscais do Ibama, que cancelou operações.

Mas o principal vilão do desmate tem um novo padrão. Até 2005, a maior parcela da devastação ocorria em grandes áreas. Desde então, vem crescendo o abate em áreas menores, que os satélites do Deter não captam. Somadas, muitas áreas pequenas devastadas podem fazer com que a queda do desmate, no fim do ano, não seja tão significativa como sugerem os dados divulgados até agora.

Dado parcial aponta para redução no desmate – Ricardo Miotto – folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2010

A dois meses da divulgação de dado final, satélite indica queda de 47%. Situação da floresta no Pará ainda é incógnita; nuvens encobriram sistema que vigia território em tempo real

Dados de satélite sinalizam que o desmatamento na Amazônia pode ter uma redução grande neste ano. Entre agosto de 2009 e maio de 2010, 1.567 km² foram desmatados -uma redução de 47% em comparação com o período 2008/2009 (2.960 km²). □Esses números do Deter, o sistema de detecção em tempo real do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), porém, não são completos. Têm de ser confirmados pelo Prodes, o sistema mais preciso usado pelos pesquisadores do instituto. □Por não ser em tempo real, porém, o Prodes não aponta com agilidade novos focos de desmatamento para o Ibama. Ainda tem dados de 2010. □O Deter, mesmo sendo ágil, sofre com a cobertura de nuvens (o Prodes fotografa só durante a seca), que varia mês a mês, barrando a visão dos satélites e tornando difícil estabelecer boas tendências de desmatamento. Nos últimos meses, Estados campeões de desmate, como o Pará, estavam encobertos. □Os números acima também não incluem junho e julho, em que tradicionalmente se desmata muito. Além disso, há uma limitação de resolução do Deter, que só identifica desmates maiores do que 25 hectares (o Prodes vê áreas de até seis). □Segundo Dalton Valeriano, que coordena os dois programas dentro do Inpe, como a proporção de desmatamentos grandes está diminuindo na Amazônia, é natural que os números do Deter encolham. Afirmar que o país está desmatando menos ainda é mera "especulação", diz. □"Hoje, o desmatamento pequeno representa até 60% do total. É muito mais fácil fiscalizar os grandes." □Em 2009, o Deter apontou cerca de 3 mil km² de desmatamento na Amazônia. O Prodes encontrou 7.500 km². □□

Países que integram o Basic discutem formas de conter aquecimento global – Sítio Eletrônico do MMA – 22/07/2010

O Rio de Janeiro sedia, nesta semana, a quarta reunião do Basic (formado por Brasil, África do Sul, Índia e China) para discutir assuntos de interesse comum sobre as mudanças climáticas. O tema de debate será a divisão global do espaço de carbono

22/07/2010

Quando: 23 a 26 de julho

Onde: Solar da Imperatriz, Jardim Botânico, Rio de Janeiro-RJ. Rua Pacheco Leão, 2040, ao lado do Clube dos Macacos. Telefone: (21) 3875-6200.

- Reunião ministerial: A solenidade de abertura da reunião de ministros ocorre no domingo (25) das 9h às 9h30. Esta cerimônia é aberta à imprensa.

- Entrevista coletiva: Na segunda-feira (26), às 11h30, os ministros participantes concedem entrevista coletiva. Não é necessário credenciamento.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro sedia, nesta semana, a quarta reunião do Basic (grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China) para discutir assuntos de interesse comum sobre as mudanças climáticas. Por sugestão da Índia, o tema de debate será a equidade e a divisão global do espaço de carbono.

A rodada de discussões começa com os peritos e negociadores nos dias 23 e 24 de julho, e é seguida por reunião de ministros nos dias 25 e 26. O encontro acontece no Solar da Imperatriz, no Jardim Botânico. Nos dias 27 e 28, os ministros participantes

visitam a Floresta Nacional do Tapajós, localizada na cidade amazônica de Santarém (PA).

Durante a reunião serão discutidos os possíveis critérios para estabelecer quanto cada país ainda poderá emitir. O Brasil reconhece que 2° C é o máximo que pode haver de aumento da temperatura média do planeta em relação ao período pré-industrial. Isso significa que esse limite não poderia ser ultrapassado. No entanto, a concentração de gases na atmosfera tem favorecido o aquecimento.

"Para que o aumento da temperatura não ultrapasse os 2° C, a atmosfera não pode receber mais do que certa quantidade desses gases, como se fosse uma piscina que, ultrapassado o limite, transborda. O volume da piscina cheia seria o que chamamos de 'espaço de carbono'. Dependendo do aumento de temperatura admitido, essa piscina é mais ou menos funda. Quando se fala que 2° C é o máximo aceitável, se define um volume na atmosfera, chamado espaço ou orçamento de carbono. Esse espaço, sendo finito, tem de ser repartido", explica Branca Americana, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Branca explica que, no momento, tanto na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima quanto no Protocolo de Kyoto, os países desenvolvidos têm de reduzir suas emissões, mas não existe nada em relação aos países em desenvolvimento, o que significa que eles estão liberados para emitir. "O argumento dos países desenvolvidos é que mesmo que eles zerem suas emissões, essa piscina vai transbordar, pois os países em desenvolvimento, como a China, Índia e Brasil estão crescendo de forma significativa, mas sem restrições às suas emissões. Por isso, eles querem um compromisso mais restritivo para os países em desenvolvimento", esclarece.

Já os países em desenvolvimento argumentam que o problema foi criado pelos países desenvolvidos e, portanto, cabe a eles promoverem essas reduções, tanto domesticamente quanto apoiando ações nos países em desenvolvimento.

Equidade - A discussão sobre equidade vai abordar os vários critérios de como e quanto cada país poderá emitir. A Índia, por exemplo, tem uma proposta baseada nas emissões *per capita* e gostaria que fosse adotada pelo Basic nas negociações da Convenção do Clima. "Cada indiano, de fato, emite muito pouco, pois se dividirmos a quantidade total de emissões da Índia pela sua população, a emissão *per capita* é baixa, pois eles são muitos e consomem pouco, assim como na China, que também tem uma população monumental", explica a secretária Branca.

As emissões *per capita* do Brasil não são altas, pois a matriz energética brasileira tem alto percentual de energia renovável e a redução do desmatamento também contribui para reduzi-las. O País seria mais beneficiado, e o mundo como um todo, com regras que levassem em conta mais do que um critério.

Os japoneses preferem critérios que levem em consideração a intensidade de emissões do PIB, já que são muito eficientes. A África do Sul, por sua vez, propõe um modelo que inclui outros critérios, como nível de desenvolvimento, contribuições históricas, entre outros.

O Brasil elaborou a proposta da responsabilidade histórica que parte do princípio do "poluidor pagador". Nela, os países que emitiram durante anos e provocaram a situação atual deveriam ser responsabilizados e sujeitos a reduzir suas emissões, sem exigir que os países que começaram a se desenvolver agora tenham de limitar suas emissões. "Provavelmente, a solução será uma composição desses e outros critérios. Existem várias propostas com combinações desses critérios, excluindo os países que estejam abaixo de um determinado patamar de pobreza", comenta Branca.

Pauta - Na reunião, os ministros ainda poderão conversar sobre os vários temas das negociações, dentre os quais as impressões em relação ao texto recentemente produzido pela presidência do grupo de trabalho de longo prazo no âmbito da Convenção do Clima (*Long Term Cooperative Action*), que será discutido no próximo encontro, em Bonn, na Alemanha, de 2 a 6 de agosto. A próxima reunião do Basic será em outubro, na China.

ASCOM

Desmate destruiu 1,23% do pampa gaúcho em 6 anos – folha de Sao Paulo – Ciência – 23/07/2010

THAIS BILENKY □ DE BRASÍLIA □ □ Entre 2002 e 2008, o pampa gaúcho teve 1,23% de sua área destruída, totalizando 2.200 km² de desmate, indica levantamento inédito do Ministério do Meio Ambiente. O bioma com gramíneas e plantas rasteiras tem hoje só 36% da extensão original, mesmo tendo sido o que menos sofreu em anos recentes. □ Dos 177,8 mil km² do bioma no Brasil, calcula-se o abate de 364 km² ao ano. "Sabíamos que havia perda, mas não sabíamos a magnitude", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. □ Segundo ela, a pecuária foi o motor da devastação ao longo dos anos. "Um pico de entrada de soja" explicaria o desmatamento mais recente. □ Já se sabe com precisão que restam 52% do Cerrado, 54% da Caatinga e 85% da Amazônia (número depende do critério usado). No mês que vem, o ministério divulga dados da Mata Atlântica, único bioma ainda sem análise recente por satélite. □ □

União acha desmatamento fora das florestas - Mauro Zanatta - Valor Econômico – Política – 23/07/2010

Após décadas de devastação das florestas brasileiras, só agora o governo começa a ter um "quadro geral" sobre a dimensão da destruição dos principais biomas do país. Apenas no período entre 2002 e 2008, foram derrubados 218,2 mil quilômetros quadrados na Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa. É uma área equivalente a 90% do território do Estado de São Paulo ou cinco vezes o tamanho do Estado do Rio de Janeiro. E ainda falta medir o tamanho da derrubada na Mata Atlântica.

Os dados, divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, mediram o inédito desmatamento do Pampa gaúcho, que chegou a 54% até 2008. Ainda mais alarmante são os números oficiais sobre o ritmo da devastação.

Em sete anos, o Cerrado perdeu 85 mil km² — pouco menos do que o território dos Estados de Pernambuco ou Santa Catarina. Nesse período, 4,2% do bioma foram derrubadas. A taxa de desmatamento bateu em 0,7% ao ano.

A Amazônia teve 2,5% de suas florestas derrubadas — foram 110 mil km², ou duas vezes o tamanho da Paraíba. E o Pantanal registrou devastação em 2,8% de sua área. “O problema extrapola a Amazônia. Está em todos os biomas. Agora, começamos a ter um quadro geral do país com esses outros biomas”, afirmou o diretor de Conservação da Biodiversidade do ministério, Bráulio Dias. “O maior problema é o Cerrado, que deve ser uma das principais frentes de batalha na redução do desmatamento”.

A medida da devastação deve levar o governo a tomar ações mais específicas para os demais biomas. “Sabíamos, mas não tínhamos a magnitude do problema no Pampa”, afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Vamos mudar o patamar, otimizar áreas degradadas e dar corresponsabilidade no Cerrado”. O monitoramento do governo mostrou a necessidade de melhorar a atuação estatal por meio de tecnologia e formulação de políticas públicas “orientadas” para inibir a ação de desmatadores.

Em defesa de sua atuação, que reduziu em 47% o desmatamento na Amazônia no período entre agosto de 2009 e maio de 2010, o governo avisa que não dará trégua em ano eleitoral. “O Ibama está aprendendo a lidar com o desmatamento em operações focadas”, admitiu o diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Luciano Evaristo. Segundo ele, a redução da devastação na Amazônia está ligada à “neutralização” das ações predatórias na faixa da rodovia BR163 (Cuiabá-Santarém), sobretudo em localidades como Novo Progresso e Castelo de Sonhos, no Pará. “Pela primeira vez, planejamos nossas ações de combate com um ano de antecedência”, afirmou Evaristo.

Para comprovar a eficácia das ações do Ibama neste ano eleitoral, o diretor apresentou alguns dados colhidos no período de agosto de 2009 a maio de 2010. O Ibama embargou 139,5 mil hectares, 65 serrarias e 108 mil metros cúbicos de madeira. Também aplicou 1.632 autos de infração e multas de R\$ 859,6 milhões. “Ano eleitoral para a gente não existe. É o ano que eu gosto de bater mais. Se falar em palanque que pode desmatar, vai levar repressão”, afirmou Luciano Evaristo. “Fizemos 226 operações no total. Hoje, temos 14 operações na Amazônia onde 200 homens se revezam no combate ao desmatamento”, disse.

Mesmo com os índices da devastação na Amazônia em regressão, o governo detectou um aumento de 6% do desmatamento no Estado do Amazonas. “Deu um salto e vamos ver o que é. Se é a região de Lábrea ou outro vazamento de desmate, além de identificar se é uma tendência ou não”, afirmou a ministra Izabella Teixeira. “É preciso avaliar a dinâmica dos fatores econômicos e sociais para reorientar as políticas públicas na região”. O Ibama prepara uma mega operação na região Sul do Amazonas para os próximos dias, informou o diretor Luciano Evaristo, sem declinar o que será colocado em prática na região.

ONU propõe mudanças para manter a oferta de créditos depois de 2012 – Mathew Carr – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2010

Um grupo das Nações Unidas para questões climáticas disse que será possível prorrogar os limites de emissões incluídos no Protocolo de Kyoto por dois anos depois

que expirarem em 2012, para impedir uma interrupção na oferta de créditos de compensação de emissões de dióxido de carbono.

A extensão das metas pode ajudar a impedir que se crie uma “lacuna” no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), caso os países não consigam chegar a um acordo sobre o tratado para substituir ou estender permanentemente o protocolo de 1997, disse um comitê para países desenvolvidos de discussão sobre a Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática (CQNUMC).

As conversações da ONU realizadas em dezembro em Copenhague fracassaram, à medida que países em desenvolvimento exigiram que os mais ricos adotassem metas mais rígidas de emissões. O Ministro do Ambiente da Índia, Jairam Ramesh, disse que é improvável que os países concordem sobre um acordo climático global nas conversações que acontecerão esse ano em Cancún, no México.

“Prorrogar Kyoto por mais dois anos parece improvável”, disse David Lunsford, responsável por políticas de negociação de emissões na Associação Internacional de Negociação de Emissões, um grupo de pressão sediado em Genebra.

As primeiras restrições do Protocolo de Kyoto são para os cinco anos iniciados em 2008. Nos termos de uma interpretação das leis climáticas, o fracasso em estender ou substituir Kyoto poderá impedir a validação e o registro dos projetos MDL, segundo o documento.

“As reduções ou eliminações que ocorreram após o primeiro período de compromisso não puderam ser verificadas e os Certificados de Emissão de Reduções (CER) correspondentes não puderam ser emitidos”. Os países desenvolvidos podem criar compensações de emissão investindo em projetos que controlem os gases-estufa nos países mais pobres. Esses créditos podem ser usados para se adequar ao programa na União Européia.

As negociações sobre mudança climática estão tentando atingir uma segunda série de metas de emissão até 2017 ou 2020, ou, potencialmente, um programa de políticas nacionais coordenadas para proteção climática. “O apoio à estrutura de Kyoto diminuiu nos anos recentes desde sua adoção, tornando pouco claro se uma prorrogação receberia o apoio necessário”, disse Lunsford.

Os CERs emitidos pela ONU para dezembro caíram 0,8%, a €11,78 na Bolsa de Mudança Climática em Londres no início do dia, ontem.

Mas deram um salto, em aumento de 7,3% no ano até agora, na comparação com 11,3%, para permissões da UE. “Para os mercados terem um papel na fixação do preço, a oferta e a demanda deverão formar um pilar estratégico do próximo acordo climático”, disse Lunsford. “Uma lacuna de Kyoto não resolvida poderá colocar a oferta e a demanda global de carbono no limbo por algum tempo”, afirmou. “Uma política internacional intermitente criaria um ambiente de investimento prejudicial para a redução global de emissões”.

A ONU também considera emendas “temporárias” ao protocolo para preencher a potencial lacuna de oferta, e procedimentos de “inclusão” para países onde eles não seriam “vinculados à emenda a menos que ela assegurasse um procedimento de ratificação”, de acordo com o documento.

O desmatamento da Amazônia – Estado de São Paulo – Notas e Informações –
26/07/2010

Não se trata ainda de uma vitória definitiva, mas a queda de 47% do

desmatamento na Amazônia entre agosto de 2009 e maio de 2010, segundo dados obtidos por satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), confirma a inflexão de uma tendência, que há alguns anos parecia avassaladora, de queimadas para abrir pastos ou campos de cultivo e a exploração predatória de madeira na maior reserva florestal do mundo.

Em levantamento anterior, feito entre agosto de 2008 e julho de 2009, o sistema Deter do Inpe já havia indicado uma queda de 42% no desmate, uma proporção substancial, que agora se amplia. Os dados precisam ainda ser referendados pelo Projeto Prodes de monitoramento da floresta amazônica por satélite, cujos dados são revelados anualmente, que mede áreas menores, de menos de 50 hectares, não captadas pelo sistema Deter. Há ainda receio de que, sendo este um ano eleitoral, possa haver ingerências indevidas para aproveitamento comercial de áreas de preservação, especialmente nos meses que precedem a estação das chuvas na região, que começa em outubro.

Contudo, é animador constatar que a área desmatada na Amazônia, no período coberto pelo Deter, tenha sido de 1.567 km², área pouco maior que a do Município de São Paulo (1.522 km²). Fator de importância decisiva para esse resultado foi o corte do crédito para pecuaristas que vinham invadindo áreas preservadas da floresta e que eram considerados os principais agentes do desmatamento. Houve protestos de ruralistas contra a medida, mas não faltou o apoio de ambientalistas e de parcelas da população mobilizadas pelos meios de comunicação ou por ONGs. Sensíveis à pressão de consumidores, redes de supermercados deixaram de adquirir carne bovina procedente de áreas de ocupação irregular. Em seguida, os frigoríficos suspenderam relações comerciais com mais de 200 fornecedores cujos cadastros indicavam que os criatórios se localizavam no bioma amazônico.

A expansão da soja na região é hoje um problema menor, depois da “moratória” negociada pelo Ministério do Meio Ambiente e associações de produtores rurais. A greve de funcionários do Ibama este ano, paralisando operações previstas, afetou a fiscalização pelo órgão, mas as suas consequências foram menos danosas do que se antecipava.

Tem tido continuidade a apreensão de madeira ilegalmente cortada, embora a atividade das chamadas madeireiras piratas não tenha cessado. A ação repressora tem sido facilitada pela colaboração da Polícia Federal e de órgãos estaduais de defesa do meio ambiente. Falhas são, porém, evidentes. Os Estados de Mato Grosso e Pará, onde a pecuária está mais enraizada, continuam ainda como líderes no desmatamento. A colaboração das populações amazônicas, inclusive das comunidades indígenas, que têm sabido defender os seus direitos, tem sido também essencial. E, embora haja empecilhos burocráticos, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia (Basa) têm buscado ampliar o crédito para o manejo florestal e a produção sustentável, como a extração de látex para borracha, a pesca e a chamada agricultura de baixo impacto, com a assistência técnica da Embrapa.

Para os ambientalistas, a grande ameaça é a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, numa extensão de 450 km. Uma parte dessa rodovia já foi asfaltada nas duas pontas, mas a conclusão do seu trecho central, de 400 km, passando pelo coração da selva, permanece suspensa. Teme-se que a nova ligação por asfalto tenha o mesmo efeito da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que acelerou a devastação de matas no Pará.

O atual governo considera a Rodovia BR-319 comovital para a economia da região e a incluiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os críticos, porém, afirmam que, por mais severas que sejam as exigências ambientais, se criando

uma “estrada-parque” nada impediria o desenvolvimento de núcleos populacionais, levando, em consequência, a um maior desmate.

Países pedem proposta única de redução de gases - Bruno Boghossian – Estado de São Paulo – Vida – 27/07/2010

Os países emergentes estudam levar à próxima Conferência do Clima uma proposta única de redução das emissões de gases de efeito estufa. O texto deverá estabelecer critérios que permitam o desenvolvimento sustentável e cobrar que as nações ricas assumam mais responsabilidade pelo aquecimento global.

Durante um encontro realizado ontem no Rio, ministros do grupo Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) anunciaram a realização de estudos técnicos nos próximos meses para elaborar os parâmetros que serão levados à cúpula da ONU, marcada para novembro e dezembro em Cancún, no México. “Estamos dialogando para estabelecer posições convergentes, mas ainda precisamos avaliar o impacto das propostas de redução da emissão de gases nas economias domésticas”, disse a ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

As autoridades cobram a adoção de metas diferenciadas de redução das emissões para cada nação, mas ainda não chegaram a um acordo em relação aos critérios que serão usados para estabelecer esses limites. Segundo a proposta, cada país teria direito a emitir um volume máximo de gases de efeito estufa, para tentar evitar um aumento significativo da temperatura do planeta. Para impedir um aquecimento de mais de 2°C em relação ao período pré-industrial, o Brasil defende o uso de parâmetros históricos, em que os países desenvolvidos estariam sujeitos a restrições maiores.

A Índia sugere a adoção de metas de emissão per capita, em que as nações mais populosas teriam direito a limites mais altos. “Há um longo caminho até que cheguemos a um paradigma comum. De qualquer maneira, um acordo que evite o crescimento dos países emergentes não seria um acordo equitativo”, avaliou o ministro indiano Jairam Ramesh. “Não podemos aceitar acordos que estreitem o espaço de desenvolvimento para nossos países”, acrescentou.

Representantes das quatro nações se encontrarão novamente em outubro, em Pequim, para acertar os pontos do documento, que será proposto aos países em desenvolvimento do chamado G-77 e levado a Cancún. Os ministros reunidos no Rio, no entanto, reconhecem que as diferenças entre as nações do grupo pode dificultar um acordo.

Plano modesto.

Sob a defesa do direito ao desenvolvimento dos países pobres, o Basic pode apresentar em Cancún propostas modestas, mas que evitem impasse semelhante ao da COP 15, no ano passado (*mais informações nesta página*). “Temos expectativas mais humildes em relação a Cancún, mas que sejam eficazes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas”, disse o vice-presidente da comissão chinesa para o desenvolvimento, Xie Zhenhua.

Desmatamento na Amazônia volta a subir – Sítio Eletrônico do MST – 28/07/2010

O desmatamento na Amazônia voltou a subir em junho, de acordo com levantamento da organização não governamental Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Os satélites registraram 172 quilômetros quadrados de desmate, aumento de 15% em relação a junho de 2009.

A notícia é do jornal Valor, 28-07-2010.

O Pará liderou o desmatamento no mês, com 115 km² de floresta derrubada (67% do total de junho), seguido pelo Amazonas, com 22 km² de desmate, e por Mato Grosso, que perdeu 18 km² de vegetação nativa.

Segundo o Imazon, o desmatamento ocorreu principalmente na região da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), nos trechos entre os municípios paraenses de Itaituba, Novo Progresso e Altamira. A derrubada também se concentrou na rodovia Transamazônica, entre os municípios de Apuí e Humaitá, no Amazonas.

Faltando um mês para completar o calendário oficial do desmatamento, que vai de agosto de um ano a julho do outro, o Imazon aponta tendência de aumento na devastação da floresta. No acumulado entre agosto de 2009 e junho de 2010, o desmatamento detectado pela ONG foi de 1.333 km². A soma é 8% maior que a registrada no período anterior, quando a devastação medida foi de 1.234 km².

A tendência de aumento do desmate apontada pelo Imazon vai na contramão do que mostram até agora as estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelas estatísticas oficiais do desmatamento. Em maio, o Inpe detectou 109,6 km² de novos desmatamentos, 12% menor que a área registrada pelos satélites no mesmo mês de 2009. Somados os primeiros dez meses do calendário oficial de desmatamento, houve redução de 47% da devastação em relação ao período anterior, de acordo com o sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe.

A tendência de redução verificada a partir dos dados do Inpe ainda não inclui os números da devastação em junho e julho, meses em que as motosserras avançam mais por causa do período seco, que facilita o corte e o transporte da madeira ilegal na região.

Desmate na Amazônia volta a subir, alerta ONG – Valor Econômico – Brasil – 28/07/2010

O desmatamento na Amazônia voltou a subir em junho, de acordo com levantamento da organização não governamental Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Os satélites registraram 172 quilômetros quadrados de desmate, aumento de 15% em relação a junho de 2009.

O Pará liderou o desmatamento no mês, com 115 km² de floresta derrubada (67% do total de junho), seguido pelo Amazonas, com 22 km² de desmate, e por Mato Grosso, que perdeu 18 km² de vegetação nativa.

Segundo o Imazon, o desmatamento ocorreu principalmente na região da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), nos trechos entre os municípios paraenses de Itaituba, Novo Progresso e Altamira.

A derrubada também se concentrou na rodovia Transamazônica, entre os municípios de Apuí e Humaitá, no Amazonas.

Faltando um mês para completar o calendário oficial do desmatamento, que vai de agosto de um ano a julho do outro, o Imazon aponta tendência de aumento na devastação da floresta. No acumulado entre agosto de 2009 e junho de 2010, o desmatamento detectado pela ONG foi de 1.333 km². A soma é 8% maior que a registrada no período anterior, quando a devastação medida foi de 1.234 km².

A tendência de aumento do desmate apontada pelo Imazon vai na contramão do que mostram até agora as estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelas estatísticas oficiais do desmatamento. Em maio, o Inpe detectou 109,6 km² de novos desmatamentos, 12% menor que a área registrada pelos satélites no mesmo mês de 2009.

Somados os primeiros dez meses do calendário oficial de desmatamento, houve redução de 47% da devastação em relação ao período anterior, de acordo com o sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe.

A tendência de redução verificada a partir dos dados do Inpe ainda não inclui os números da devastação em junho e julho, meses em que as motosserras avançam mais por causa do período seco, que facilita o corte e o transporte da madeira ilegal na região.

Investimentos sociais na Amazônia somam R\$ 3,3 bi em 2010 – Sítio Eletrônico do MDS – 29/07/2010

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já destinou à região, este ano, R\$ 1,89 bilhão em programas de assistência social, R\$ 54 milhões em segurança alimentar e R\$ 1,45 bilhão para o Bolsa Família

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já repassou este ano R\$ 1,89 bilhão aos Estados da Região Amazônica para investimentos em programas de assistência social e R\$ 54 milhões para a área de segurança alimentar e nutricional. Além disso, destinou aos Estados da Região Norte, Mato Grosso e Maranhão, que formam a área da Amazônia Legal, R\$ 1,45 bilhão para o Programa Bolsa Família. Os recursos totalizam R\$ 3,3 bilhões até junho de 2010.

Na região, funcionam 1.029 Centros de Referência de Assistência Social (Cras), dos quais 914 recebem recursos do MDS. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) destina um salário mínimo mensal para 589 mil idosos e pessoas com deficiência. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) atende 184 mil crianças e adolescentes e o Projovem Adolescente está presente na vida de 128 mil jovens.

O Bolsa Família transfere renda a 2,4 milhões de famílias dos nove Estados que formam a Região Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Na segurança alimentar, hoje, as principais cidades da Amazônia contam com 18 Cozinhas Comunitárias e 11 Restaurantes Populares. Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra a produção de 9 mil agricultores familiares. O MDS investe ainda em projetos para as comunidades indígenas.

DADOS DO MDS PARA A AMAZÔNIA

Bolsa Família – 2,4 milhões de famílias

IGD – R\$ 278 mil repassados até abril

BPC – 589,4 mil idosos e pessoas com deficiência

Cras – 1.029 unidades (914 com recursos do MDS)

Creas – 210 unidades (196 com recursos do MDS)

Projovem Adolescente – 128 mil adolescentes

Peti – 184 mil crianças e adolescentes
Restaurantes Populares – 11 unidades
Cozinhas Comunitárias – 18 unidades
Bancos de Alimentos – 3 unidades
Carteira Indígena – 51 projetos, com investimentos de R\$ 2 milhões
PAA – 9 mil agricultores familiares
INVESTIMENTOS PARA 2010 – R\$ 3,3 bilhões

O impasse na questão do clima – Valor Econômico – Opinião – 30/07/2010

Todos os sinais sugerem que o planeta ainda está mergulhando de cabeça rumo a uma catástrofe climática. A Administração Nacional Oceanográfica e Atmosférica dos EUA publicou seu “Relatório sobre o Estado do Clima”, de janeiro a maio. Os primeiros cinco meses deste ano foram os mais quentes já registrados desde 1880; maio foi o mais quente de todos. Intensas ondas de calor estão varrendo muitas partes do mundo. E mesmo assim ainda não estamos agindo.

Modificar os sistemas energético e agrícola mundiais não é café pequeno. Não basta agitarmos nossas mãos e declararmos que as mudanças climáticas constituem uma emergência. Precisamos de uma estratégia concreta para reestruturar dois setores econômicos que estão no centro da economia mundial e envolver a população do mundo inteiro.

O segundo maior desafio no combate às alterações climáticas é a complexidade do próprio conhecimento científico. Hoje, a compreensão do clima da Terra e do componente de mudanças climáticas induzido pelo homem é resultado de muito trabalho cientificamente difícil, envolvendo muitos milhares de cientistas de todas as partes do mundo. Essa compreensão científica é incompleta, e persistem incertezas sobre as exatas dimensões e perigos das mudanças climáticas.

A opinião pública em geral, naturalmente, tem dificuldades para compreender essas complexidades e incertezas, especialmente, tendo em vista que as alterações no clima estão ocorrendo ao longo de um “cronograma” de décadas e séculos, e não de meses e anos.

Isso deu origem a um terceiro problema no combate às alterações climáticas, decorrente de uma combinação das implicações econômicas da questão e das incertezas que as rodeiam. Isso reflete-se na brutal e destrutiva campanha contra a ciência do clima movida por poderosos interesses estabelecidos e por ideólogos, aparentemente visando criar uma atmosfera de ignorância e confusão.

O “Wall Street Journal”, por exemplo, jornal de negócios líder nos EUA, move uma campanha editorial agressiva contra a ciência do clima há décadas. Os indivíduos envolvidos nessa campanha são não apenas cientificamente ignorantes, também não demonstram nenhum interesse em tornar-se mais bem informados.

Eles têm recusado repetidas propostas de cientistas do clima para participar de reuniões e discussões sérias sobre as questões.

As principais empresas petrolíferas e outros grandes interesses empresariais também estão jogando esse jogo, e têm financiado campanhas visando desqualificar a ciência do clima. Sua abordagem geral é exagerar as incertezas da ciência do clima e deixar a impressão de que os cientistas do clima estão envolvidos em algum tipo de conspiração para assustar o público. É uma acusação absurda, mas acusações absurdas

podem conquistar o apoio da opinião pública, se apresentadas num formato atraente e bem financiado.

Se somarmos esses três fatores — o enorme desafio econômico para reduzir os gases estufa, a complexidade da ciência do clima e as campanhas deliberadas visando confundir a sociedade e desacreditar a ciência —, chegamos ao quarto problema, e o mais abrangente: a indisposição ou incapacidade dos políticos americanos de formular uma política sensata de enfrentamento das mudanças climáticas.

Os americanos têm uma responsabilidade desproporcional pela inação em face das mudanças climáticas porque seu país foi o maior emissor mundial de gases estufa até o ano passado, quando a China passou à frente. Ainda hoje, as emissões per capita nos EUA são mais de quatro vezes superiores às da China. No entanto, apesar do papel central dos EUA nas emissões mundiais, o senado americano nada fez sobre as mudanças climáticas desde a ratificação do Tratado da ONU, há 16 anos.

Quando Barack Obama foi eleito presidente havia uma esperança de progresso. No entanto, embora seja claro que Obama gostaria de avançar nesse terreno, até agora, tem colocado em prática uma estratégia fracassada de negociações com senadores e setores chave para tentar forjar um acordo. O governo Obama deveria tentar uma abordagem alternativa.

Em vez de negociar com representantes estabelecidos nos bastidores da Casa Branca e do Congresso, Obama deveria apresentar um plano coerente ao povo americano, com uma estratégia bem fundamentada para os próximos 20, anos visando reduzir a dependência americana de combustíveis fósseis, converter veículos para que funcionem com eletricidade e ampliar as fontes de energia não emissoras de carbono. Ele poderia, então, apresentar um preço estimado para a adoção dessas mudanças ao longo do tempo e demonstrar que os custos seriam modestos em comparação com os enormes benefícios.

Apesar de ter sido o candidato da mudança, Obama não assumiu uma abordagem baseada na apresentação de planos de ação reais para mudança. Seu governo está cada vez mais preso nas garras paralisantes dos grupos de interesse especiais. É difícil determinar se esse é um resultado intencional, para que Obama e seu partido possam continuar a mobilizar grandes contribuições de campanha ou se é resultado de uma tomada de decisões incompetente — e pode refletir um pouco de ambos.

O que está claro é que seguimos rumo a um desastre. A natureza não se preocupa com maquinações políticas. E a natureza está nos dizendo que nosso modelo econômico é perigoso e autodestrutivo.

A menos que encontremos uma liderança mundial efetiva nos próximos anos, aprenderemos a lição da maneira mais sofrida possível.

Jeffrey D. Sachs é professor de Economia, diretor do Instituto da Terra na Universidade Columbia e assessor especial do secretário-geral para o Desenvolvimento do Milênio. Copyright: Project Syndicate, 2010. Podcast no link: <http://media.blubrry.com/ps/media.libsyn.com/media/ps/sachs168.mp3> www.projectsyndicate.org

O perde-ganha na área do clima- Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/07/2010

Mesmo com a Serra Gaúcha ainda traumatizada pelo desastre climático de poucos dias atrás e o Nordeste brasileiro sem meios para enfrentar o drama de Alagoas e

Pernambuco, é surpreendente a quase nenhuma importância que a comunicação brasileira deu às terríveis dimensões da mais recente tragédia das enchentes na China: 117 milhões de pessoas atingidas em 27 províncias, 8 milhões de pessoas desalojadas, 645 mil casas derrubadas, mais de 700 mortos e perto de 350 desaparecidos, 7 milhões de hectares de cultivos comprometidos, perdas de US\$ 37 bilhões.

A mesma perplexidade advém da leitura do noticiário sobre a dificuldade de, no plano mundial, se chegar a um acordo para reduzir as emissões de gases poluentes que contribuem para mudanças climáticas. Na semana passada, o governo norte americano, por exemplo, desistiu de tentar aprovar agora no Senado sua proposta de legislação que permitiria estabelecer Metas nessa área. Tão complicada está a negociação no plano global que a Convenção do Clima já está propondo um plano de emergência que permita, pelo menos a 143 países signatários, prorrogar a vigência do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Ao mesmo tempo, um grupo de 21 consultores da ONU sugere criar uma taxa para as emissões de aviões e navios, setor em que mais cresce o problema (5% ao ano). E ainda que se consiga avançar, será preciso que a prorrogação seja homologada pelos Parlamentos dos países (para que a homologação permitisse a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto foram necessários oito anos). Mas se essa prorrogação não ocorrer, ficarão ameaçados dispositivos como os do Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitem a uma empresa poluidora num país financiar em outro país projetos que reduzam emissões—e abater a redução no seu balanço nacional; ou o que permite a um país que tenha reduzido suas emissões além da cota que lhe cabe (caso da Rússia e outras nações da antiga área socialista, que sofreram um processo de desindustrialização) negociar uma cota com outro país e ser remunerado.

Entra-se aí no terreno financeiro, que envolve altas importâncias. No ano passado, as incertezas quanto ao protocolo levaram o mercado de certificados de carbono a baixar ainda mais o valor médio de cada um para pouco mais de US\$ 15 (já esteve em US\$ 80). E mesmo com uma queda de 38% no valor total dos negócios nesse âmbito, ele ainda esteve em US\$ 20,6 bilhões. Não é o único ângulo que assusta o mercado financeiro: no recente Fórum Global da Mídia em Bonn, uma das maiores resseguradoras do mundo, a Munich Re, lembrou que de 1980 a 2009 os desastres climáticos no mundo passaram de uma média de 400 por ano para mais de 800—enquanto os chamados desastres naturais (tsunamis, terremotos, erupções vulcânicas) se mantiveram abaixo de 100 por ano—, relatou Cláudio Ângelo na *Folha de S. Paulo* (30/6).

E com isso o panorama está muito difícil para o setor de seguros. A complexidade não está apenas aí. Ao mesmo tempo que as negociações continuam empacadas, é inegável certa aflição dos países industrializados em relação à corrida por tecnologias de energias “limpas” e renováveis. Quem perder a corrida aí pode ver comprometido seu lugar na economia mundial. Tanto que os ministros de Energia da Grã-Bretanha, do Meio Ambiente da Alemanha e da Ecologia da França assinaram conjuntamente artigo no jornal *Financial Times* advertindo que a União Européia (UE) precisa ampliar suas metas de redução de emissões de gases se quiser competir com a China, o Japão e os EUA nessa corrida. Até aqui a UE se dispõe a reduzir 20% (calculados sobre as emissões de 1990) até 2020— e 30% se os demais países aceitar em essa meta maior.

Está implícito no raciocínio que basicamente se acredita que tecnologias serão capazes de resolver grande parte do problema — e não a redução pura e simples de emissões, que poderia custar mais caro. Por tudo isso, acordos bilaterais que antes pareceriam inviáveis também se concretizam. EUA e Rússia, por exemplo, assinaram

tratado que deverá permitir um avanço de ambos os países no campo das energias “limpas”. Ele inclui troca de informações que levem a reduzir as emissões de carbono e perdas de energia nos sistemas elétricos. A Rússia acha que poderá ganhar US\$ 80 bilhões por ano com o acordo (*The Boston Globe*, 22/7).

Já a China vai implantar sistema doméstico de comércio de emissões, com a intenção de reduzir a intensidade de energia por unidade de produto em 40% a 45% até 2020. E mesmo hoje o país contesta a Agência Internacional de Energia, que o aponta como o maior consumidor de energia no mundo – 2,252 bilhões de toneladas de petróleo equivalentes em 2009 (com carvão – 70% do total –, gás, energia nuclear e hidrelétrica), ante 2,170 bilhões dos EUA. E o Brasil? Afinal, somos o quarto maior emissor do planeta, com 1,9 bilhão de toneladas de carbono equivalentes em 2008 (mais de 10 toneladas por habitante/ano), das quais 58% em consequência de desmatamentos, mudanças no uso do solo e queimadas. E pretendemos, com nossas “metas voluntárias”, reduzir em 40% o que seriam as emissões previstas para 2020 (2,7 bilhões de toneladas). Mas se as emissões de carbono per capita no Estado de São Paulo caíram entre 1997 e 2007, a intensidade energética por unidade de produto industrial aumentou 26% (Ricardo Abramovay e Danilo Igliorino *Valor Econômico* de 2/6).

É bom cuidar. As questões da competição em função de tecnologias, mudanças climáticas e setores afins estão tão agudas que já invadiram até o domínio das histórias em quadrinhos. Na edição de 22 de junho deste jornal, a tira de Frank e Ernest mostra-os ao lado de uma placa de sua empresa (Cia. Petrolífera F & E), com um advertindo o outro: “Sinto dizer isso, mas nossa empresa está indo para o buraco.”

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do Desenvolvimento Agrário

